

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA POR MEIO DE PROPOSTAS FECHADAS

Edital de alienação judicial da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”), por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas, com fundamento no inciso V do artigo 142 da Lei nº 11.101/2005 (“Edital”), extraído dos autos do processo autuado sob o nº 0090940-03.2023.8.19.0001 (migrado do processo nº 0809863-36.2023.8.19.0001 – Pje) (“Recuperação Judicial”), em trâmite perante esse Juízo (“Juízo da Recuperação”), correspondente à Recuperação Judicial das sociedades OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Oi”), PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“PTIF”) e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Oi Coop”), doravante coletivamente denominadas de “Recuperandas” ou “Grupo Oi”, na forma abaixo:

A EXMA. SRA. DRA. SIMONE GASTESI CHEVRAND, Juíza de Direito da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, FAZ SABER a quem o presente Edital vir ou dele conhecimento tiver e interessar possa, que, em razão da decisão de fls. 61.100/61.135, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro de 29 de maio de 2024, que homologou a decisão da Assembleia Geral de Credores (“AGC”), realizada em 18 e 19 de abril de 2024, a qual aprovou o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Oi submetido à votação na referida AGC (“Plano de Recuperação Judicial”), juntado com os seus anexos às fls. 56.787/58.633 dos autos da Recuperação Judicial, da decisão de fls. 132.251 (item XIV), que autorizou a alienação judicial objeto deste Edital, da decisão proferida nos Agravos de Instrumento nº 0096877-26.2025.8.19.0000 e 0096871-19.2025.8.19.0000 que determinou a alienação ordenada dos ativos do Grupo Oi, bem como nos termos e para os fins previstos no Plano de Recuperação Judicial; será realizada alienação judicial da UPI Serviços Telefônicos, abaixo descrita, por meio de processo competitivo entre os potenciais interessados, na modalidade de propostas fechadas, nos termos dos artigos 60, 66, §3º, 66-A, 141 e 142, inciso V, todos da Lei nº 11.101/2005, sem que o respectivo adquirente suceda às Recuperandas em quaisquer obrigações de quaisquer naturezas, inclusive às de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, cível, comercial, trabalhista, consumerista, penal, anticorrupção, previdenciária, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, parágrafo primeiro, inciso II da Lei nº 5.172/1966 (“Procedimento Competitivo”). Dessa forma, serve o presente Edital para promover e estabelecer as condições para o Procedimento Competitivo, ficando todos os interessados cientificados de que poderão, após devidamente qualificados nos termos deste Edital e do Plano de Recuperação Judicial, apresentar propostas fechadas para aquisição da UPI Serviços Telefônicos. Os termos utilizados neste Edital e aqui não definidos terão a definição que lhes foi atribuída no Plano de Recuperação

Judicial. 1. Objeto. O objeto do Procedimento Competitivo é a alienação da UPI Serviços Telefônicos, composta por 100% (cem por cento) das ações de emissão da SPE Serviços Telefônicos, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus, para cujo capital social a Oi contribuirá ou transferirá, por meio de operações societárias ou contratuais, a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, bens, patrimônio, contratos, direitos, obrigações, licenças, prerrogativas e pretensões substancialmente descritos no item 1.2 relativos a (a) prestação de serviços telefônicos fixos comutados (STFC), (b) obrigação de continuidade de prestação de serviços de voz fixa por meio de acessos coletivos e individuais nas 7.400 (sete mil e quatrocentas) localidades onde a Oi é Carrier of Last Resort ("COLR") até dezembro de 2028, conforme Termo de Autocomposição firmado com a ANATEL, (c) prestação de serviços de tridígito (números únicos de utilidade pública), (d) interconexões, (e) infraestrutura das torres (mastros, postes, cavaletes, bases, cabeamento e ativos correlatos) utilizada para a prestação desses serviços e que seja de propriedade da Oi; e (f) prestação de serviços e manutenção de telefones de uso público ("Operação Serviços Telefônicos" e "UPI Serviços Telefônicos", respectivamente). 1.1. O adquirente será integralmente responsável por todos os custos e encargos relacionados à Operação Serviços Telefônicos, incluindo, sem limitação, eventuais custos operacionais ou quaisquer outras despesas vinculadas aos contratos de trabalho ou de manutenções inseridas no contexto da Operação Serviços Telefônicos. Os contratos atrelados à Operação Serviços Telefônicos serão cedidos ao adquirente, observadas as disposições do artigo 141, §2º da Lei nº 11.101/2005. 1.2. O acervo da UPI Serviços Telefônicos compreende todos os seguintes ativos e obrigações ("Acervo Serviços Telefônicos"): (a) Base de clientes da Operação Serviços Telefônicos, de diversos setores e naturezas. Tal base de Clientes será atualizada e comporá a UPI Serviços Telefônicos conforme atualizada para todos os fins; (b) Equipamentos da rede de voz da Operação de Serviços Telefônicos, de propriedade da Oi, juntamente com qualquer equipamento ou material acessórios, inclusive qualquer estoque dos referidos equipamentos, em qualquer caso, conforme existentes na Data de Fechamento UPI Serviços Telefônicos; (c) Sistemas e plataformas utilizados exclusivamente para a operação da UPI Serviços Telefônicos ("Sistemas e Plataformas"). Os sistemas e plataformas utilizados pela operação da UPI Serviços Telefônicos e por outros negócios da Oi (i) serão segregados ou aportados, caso seja possível, para a SPE Serviços Telefônicos; e/ou (ii) utilizados pela SPE Serviços Telefônicos por meio de contratos de prestação de serviços de transição, inclusive por meio de terceirização a operadores e/ou prestadores de serviços e/ou qualquer outra sociedade controlada pela Oi, caso aplicável.; (d) Cessão da posição contratual da Oi no âmbito de contratos com fornecedores necessários para a condução da operação da SPE Serviços Telefônicos ("Contratos com Fornecedores") ou novos Contratos com Fornecedores necessários para a condução da operação da SPE Serviços Telefônicos.; (e) Itens de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa (torres) de propriedade da Oi, incluindo, mas não se limitando a mastros, postes,

cavaletes, bases, cabeamento e ativos correlatos; (f) Direito de uso dos imóveis da Oi (ou de outras empresas do grupo Oi) utilizados para fins administrativos e operacionais pela SPE Serviços Telefônicos a serem indicados no Contrato de Compra e Venda da SPE Serviços Telefônicos, que, a critério da Oi, poderá ser acordado por meio de um contrato de aluguel de espaço ou outro instrumento similar, conforme aplicável; e (g) Os contratos de trabalho (existentes ou novos) com funcionários indicados no Contrato de Compra e Venda da SPE Serviços Telefônicos, observados os termos do artigo 141, §2º da Lei nº 11.101/2005. 1.3. Exceto se especificamente listado no Contrato de Compra e Venda da SPE Serviços Telefônicos, todos os demais ativos, direitos, obrigações e passivos que não componham o Acervo Serviços Telefônicos não integrarão a UPI Serviços Telefônicos e não farão parte do Procedimento Competitivo, continuando na propriedade e obrigação do Grupo Oi. 1.4. A UPI Serviços Telefônicos será alienada livre e desembaraçada de qualquer Ônus e o respectivo adquirente não sucederá as Recuperandas em quaisquer dívidas, contingências e obrigações de quaisquer naturezas, inclusive em relação às obrigações de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, cível, comercial, trabalhista, consumerista, penal, anticorrupção, previdenciária nos termos dos artigos 60, parágrafo único, 66, §3º, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, §1º, inciso II da Lei nº 5.172/1966. 2. Preço Mínimo de Aquisição da UPI Serviços Telefônicos. Os interessados em participar do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos deverão considerar em suas respectivas propostas o preço mínimo de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) a ser pago em dinheiro, à vista, na data de fechamento da operação ("Preço Mínimo"). 3. Condições Mínimas para participação no Procedimento Competitivo. Serão admitidas a participar do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos as pessoas jurídicas regularmente constituídas que atendam às Condições Mínimas, conforme o disposto no Plano de Recuperação Judicial e neste Edital. 3.1. Condições Mínimas. Os interessados em participar do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos deverão manifestar seu interesse no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da publicação deste Edital, por meio de apresentação de notificação de qualificação ao Grupo Oi, a ser encaminhada por e-mail para Bruno Rezende (brunorezende@psvar.com.br), Fabio Wagner (fabio.wagner@oi.net.br) e André Paradizi (andre.paradizi@oi.net.br), com cópia para a Administração Judicial (credoroi@wald.com.br) e para a Gestão Judicial (gestao.oi@psvar.com.br) ("Qualificação"). 3.1.1. A notificação de Qualificação deverá, além de informar o interesse na participação no Procedimento Competitivo, reunir, no mínimo, os seguintes documentos e condições, sob pena de o respectivo interessado ter sua notificação de Qualificação desconsiderada ("Condições Mínimas"): (i) apresentar comprovantes de existência e regularidade, devidamente emitidos pelos órgãos responsáveis pelo registro de constituição do interessado; (ii) apresentar cópia do respectivo contrato social ou estatuto social ou

qualquer outro documento de constituição, bem como de outorga de poderes aos seus representantes. Caso seja um fundo de investimento, o interessado deverá apresentar cópia do regulamento do fundo e do estatuto social ou contrato social do administrador do fundo; (iii) apresentar comprovação de disponibilidade de recursos ou meios suficientes para fazer frente ao pagamento do preço; (iv) apresentar comprovação de que: a) detêm autorização de STFC; b) possui registro válido como prestadora de telecomunicações junto à Anatel; c) possui capacidade técnica para operar o serviço e a central de atendimento; d) possui capacidade de operação com capilaridade nos municípios com população inferior a 100 mil habitantes, especialmente naqueles que compõe as obrigações de COLR ; (v) o interessado deverá, obrigatoriamente, concordar expressamente com termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial e neste Edital, sem quaisquer ressalvas; (vi) o interessado deverá, obrigatoriamente, declarar que tem ciência e que concorda integralmente com os termos e condições do Termo de Autocomposição celebrado, dentre outros, entre a Oi, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e o Tribunal de Contas da União – TCU (disponível para consulta na Sala de Informações), comprometendo-se a cumprir integralmente todas as disposições nele previstas.; e (vii) o compromisso irrevogável e irretratável de negociar e celebrar o Contrato de Compra e Venda UPI Serviços Telefônicos do Anexo I. 3.1.2. A Oi analisará se a Qualificação cumpre as Condições Mínimas em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento da notificação do interessado. 3.2. Acordo de Confidencialidade e Protocolo Antitruste. Confirmada a Qualificação pelas Recuperandas, o interessado deverá enviar à Oi, em até 2 (dois) Dias Úteis, (i) o Acordo de Confidencialidade e o Protocolo Antitruste que constituem respectivamente os Anexos II e III deste Edital devidamente assinados; (ii) os documentos que comprovem os poderes de representação do subscritor; e (iii) 2 (dois) nomes de seus representantes, com suas respectivas qualificações, aos quais será franqueado acesso às informações e documentos da Auditoria que serão disponibilizados a respeito da UPI Serviços Telefônicos (conforme definido no item 3.3 abaixo). 3.2.1. Recebidos os documentos mencionados no item 3.2 acima, a Oi confirmará que o interessado está habilitado para o Procedimento Competitivo, garantindo-lhe acesso à Sala de Informações em até 2 (dois) Dias Úteis (“Habilitação”). 3.2.2. Os interessados que não assinarem o Acordo de Confidencialidade e/ou o Protocolo Antitruste e/ou não encaminharem os referidos documentos, juntamente com os documentos que comprovem os poderes de representação e/ou a lista de representantes, na forma e no prazo previsto no item 3.2 acima não estarão habilitados para realizar a Auditoria e as propostas eventualmente enviadas por tais interessados não serão consideradas para fins do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos. 3.2.3. Caso (i) o Acordo de Confidencialidade e/ou o Protocolo Antitruste tenham seus termos alterados; e/ou (ii) o envio do Acordo de Confidencialidade e/ou do Protocolo Antitruste não observe o quanto disposto no presente Edital, os respectivos interessados não estarão

habilitados para realização da Auditoria e não terão acesso aos documentos e informações relativos à UPI Serviços Telefônicos, e as propostas eventualmente enviadas por tais interessados não serão consideradas para fins do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos. 3.2.4. Caso, por qualquer motivo previsto neste Edital, determinado interessado não tenha sua Habilitação confirmada, as 2 (duas) vias recebidas do Acordo de Confidencialidade e do Protocolo Antitruste e os documentos a elas anexados serão restituídos e o remetente não terá acesso à Sala de Informações. 3.3. Auditoria - Acesso às informações. Confirmada a Habilitação, a Oi dará ao interessado acesso aos documentos e informações organizados a respeito da UPI Serviços Telefônicos e disponibilizados na Sala de Informação ("Auditoria"). 3.3.1. Os documentos e informações organizados pelo Grupo Oi serão disponibilizados de forma virtual em plataforma digital a ser informada oportunamente pelo Grupo Oi ("Sala de Informação") e ficarão disponíveis até a data da Audiência de Abertura das Propostas Fechadas. 3.4. Condições UPI Serviços Telefônicos. As propostas fechadas para a aquisição da UPI Serviços Telefônicos a serem apresentadas pelos interessados nos termos do item 3.5 abaixo deverão observar, além das Condições Mínimas previstas acima neste Edital, os seguintes requisitos ("Condições UPI Serviços Telefônicos"): (i) o interessado deverá indicar expressamente que pretende adquirir a UPI Serviços Telefônicos; (ii) a proposta econômico-financeira, descrevendo o valor oferecido para a compra da UPI Serviços Telefônicos observado o Preço Mínimo, o qual deverá ser pago à vista, em dinheiro, na Data de Fechamento UPI Serviços Telefônicos; (iii) a expressa concordância com o formato e com o procedimento do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos estabelecidos neste Edital; (iv) a não sujeição da efetividade da proposta e da consumação da aquisição da UPI Serviços Telefônicos a qualquer outra condição que não esteja prevista neste Edital, incluindo qualquer exigência de realização de diligência adicional; (v) a declaração de ciência do proponente de que as Recuperandas poderão, a qualquer momento até a realização da Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, exigir a apresentação de documentação adicional que comprove sua capacidade econômica, financeira e patrimonial; e/ou que tem capacidade de obtenção de recursos ou meios suficientes para fazer frente ao pagamento do montante proposto para aquisição da UPI Serviços Telefônicos, sob pena de a proposta enviada por tal interessado não ser considerada para fins do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos; e (vi) a obrigação do proponente de se declarar expressamente vinculado e obrigado a observar todos os termos, condições e obrigações estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial relativamente à venda da UPI Serviços Telefônicos, bem como as condições definidas neste Edital; e (vii) a obrigação do proponente de declarar expressamente que tem ciência e que concorda integralmente com os termos e condições do Termo de Autocomposição celebrado, dentre outros, entre a Oi, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e o Tribunal de Contas da União – TCU (disponível para consulta na

Sala de Informações), comprometendo-se a cumprir integralmente todas as disposições nele previstas. 3.5. Apresentação de Propostas Fechadas. Os interessados que tenham recebido a confirmação sobre sua Habilitação (“Interessados Qualificados”) deverão apresentar suas propostas fechadas para aquisição da UPI Serviços Telefônicos, devendo ser observadas as Condições Mínimas e as Condições UPI Serviços Telefônicos. 3.5.1. Os envelopes fechados deverão estar lacrados e identificados e ser entregues diretamente ao Juízo da Recuperação durante a Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, que será, juntamente com a Administração Judicial, responsável por abri-los e conferir que preenchem as Condições Mínimas e as Condições UPI Serviços Telefônicos. 3.5.2. Contrato de Compra e Venda UPI Serviços Telefônicos. O envelope contendo a proposta fechada deverá conter como anexo indissociável a ela uma cópia marcada do Contrato de Compra e Venda da UPI Serviços Telefônicos cuja minuta-base constará da Sala de Informação na forma do Anexo I, evidenciando as alterações propostas pelo interessado. A disposição do interessado em aceitar os termos e condições constantes da minuta-base disponibilizada na Sala de Informação também poderá ser um fator na avaliação das propostas fechadas apresentadas, em caso de empate. 4. Audiência de Abertura das Propostas Fechadas. As propostas fechadas serão abertas em audiência presidida por esse MM. Juízo, com a presença do Promotor de Justiça, do Gestor Judicial, da Administração Judicial, das Recuperandas e demais interessados, na sala de audiências deste Juízo, localizada na sala 706 da Lâmina Central do Fórum da Capital, situado na Av. Erasmo Braga, nº 115, Rio de Janeiro/RJ, às 15:00 horas do dia 08 de abril de 2026 (“Audiência de Abertura das Propostas Fechadas”), de cuja realização os interessados que passarem pela Habilitação ficam desde já intimados. 5. Proposta Vencedora. Será considerado vencedor o proponente que oferecer a melhor proposta pela UPI Serviços Telefônicos, observado o Preço Mínimo previsto no item 2 deste Edital. O Juízo da Recuperação apurará e declarará durante a Audiência de Abertura das Propostas Fechadas ou na data da continuação da Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, conforme o caso, a proposta selecionada e considerada vencedora, que deverá necessariamente observar os requisitos e condições previstos neste Edital e no Plano de Recuperação Judicial (“Proposta Vencedora”) 5.1. A declaração da Proposta Vencedora pelo Juízo da Recuperação se dará na própria Audiência de Abertura das Propostas Fechadas. 6. Homologação da Proposta Vencedora. Na mesma Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, o Juízo da Recuperação declarará a Proposta Vencedora, com base nos critérios estabelecidos nos itens 5 e 5.1 acima, e proferirá decisão de homologação da alienação da respectiva UPI Serviços Telefônicos, em benefício do Proponente Vencedor (“Decisão Homologação”) na Audiência de Abertura das Propostas Fechadas. A Decisão Homologação conterá declaração expressa no sentido de que a UPI Serviços Telefônicos será transferida livre de sucessão, refletindo os termos do item 8 abaixo. 7. Pagamento do Preço e Transferência da UPI Serviços Telefônicos. O pagamento do preço de aquisição da UPI Serviços Telefônicos pelo Proponente Vencedor

deverá ser realizado em dinheiro, à vista, em moeda corrente nacional, conforme os termos previstos na respectiva Proposta Vencedora, na Data de Fechamento UPI Serviços Telefônicos. 8. Ausência de Sucessão e Responsabilidade por Dívidas das Recuperandas. A UPI Serviços Telefônicos será alienada livre de qualquer Ônus e o adquirente não sucederá as Recuperandas em nenhuma dívida, contingência e obrigação de qualquer natureza, inclusive em relação às obrigações de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, cível, comercial, trabalhista, consumerista, penal, anticorrupção, previdenciária, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, 66, §3º, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, parágrafo primeiro, inciso II da Lei nº 5.172/1966. 9. Auto de Arrematação. Homologada a Proposta Vencedora e comprovado o pagamento do preço de aquisição da UPI Serviços Telefônicos nos termos e condições da Proposta Vencedora, será lavrado o auto de arrematação em favor do respectivo vencedor, que constituirá título hábil a comprovar a aquisição judicial da UPI Serviços Telefônicos com a ausência de sucessão do adquirente em relação a quaisquer dívidas e/ou obrigações das Recuperandas, na forma dos artigos 60, parágrafo único, 66, §3º, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, parágrafo primeiro, inciso II da Lei nº 5.172/1966, observado o disposto no item 8 acima. 10. Disposições Gerais. (i) Este Edital deverá ser interpretado em conjunto com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, sendo que, em caso de qualquer divergência entre o disposto neste Edital e o previsto no Plano de Recuperação Judicial, o Edital prevalecerá; e (ii) pela operação do presente Edital e mediante a consumação da alienação da UPI Serviços Telefônicos, o Juízo da Recuperação autoriza expressamente o Grupo Oi, o Proponente Vencedor e seus respectivos agentes ou representantes a praticar todos os atos e continuar quaisquer operações necessárias ou úteis para implementação da alienação judicial da UPI Serviços Telefônicos, conforme necessário, servindo este Edital como decisão judicial e ofício oponível a qualquer terceiro, inclusive entes governamentais, órgãos e repartições públicas para fins de promoção de registros, averbações, transferências ou quaisquer outras medidas necessárias ou úteis para a consumação da alienação judicial da UPI Serviços Telefônicos, na forma deste Edital. 11. Dispensa de Publicação dos Anexos do Edital. Em razão do elevado número de caracteres, fica dispensada a publicação dos Anexos deste Edital, os quais serão juntados aos autos da Recuperação Judicial e disponibilizados nos sites www.recjud.com.br e www.recuperacaojudicialoi.com.br. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandei expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 de março de 2026 mandei digitar e o subscrevo por ordem da EXMA. DRA. SIMONE GASTESI CHEVRAND. Anexos: Anexo I – Contrato de Compra e Venda UPI Serviços Telefônicos Anexo II – Acordo de Confidencialidade Anexo III – Protocolo Antitruste

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E OUTRAS AVENÇAS

celebrado por e entre,

de um lado,

[COMPRADORA]

e, de outro lado,

OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

e, ainda, na qualidade de interveniente anuente,

[SPE SERVIÇOS TELEFÔNICOS]

em

[•] de [•] de 2026.

SUMÁRIO

Capítulo I REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES	4
Capítulo II COMPRA E VENDA	6
Capítulo III CONTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS	7
Capítulo IV CONDIÇÕES SUSPENSIVAS.....	7
Capítulo V FECHAMENTO.....	10
Capítulo VI OBRIGAÇÕES PRÉ-FECHAMENTO	12
Capítulo VII DECLARAÇÕES E GARANTIAS	14
Capítulo VIII INDENIZAÇÃO.....	15
Capítulo IX PROCEDIMENTO PARA INDENIZAÇÃO	16
Capítulo X OBRIGAÇÕES ADICIONAIS	20
Capítulo XI TÉRMINO E RESCISÃO	21
Capítulo XII RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	22
Capítulo XIII DISPOSIÇÕES GERAIS	25

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E OUTRAS AVENÇAS

O presente Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (“Contrato”) é celebrado, em [●] de [●] de 2026, por e entre:

de um lado,

I [COMPRADORA], [tipo societário], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [●], com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [●], nº [●], [bairro], CEP [●], neste ato representada na forma do seu [estatuto / contrato] social (“Compradora”);

e, de outro lado,

II OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro, CEP 20230-070, neste ato representada por seu gestor judicial (“Oi” ou “Vendedora”);

(Sendo a Compradora e a Vendedora doravante designadas, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”);

e, ainda, na qualidade de interveniente anuente,

III [SPE SERVIÇOS TELEFÔNICOS], [sociedade anônima de capital fechado], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [●], nº [●], [bairro], CEP [●], neste ato representada na forma do seu [estatuto] social (“Companhia” ou “SPE Serviços Telefônicas”);

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 1º de março de 2023, a Oi apresentou pedido de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”) perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ (“Juízo da Recuperação Judicial”), processo que tramita sob o nº 0090940-03.2023.8.19.0001, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (“Lei de Recuperação e Falências”);

(ii) em 19 de maio de 2023, foi apresentado ao Juízo da Recuperação Judicial o Plano de Recuperação Judicial conjunto da Oi, Portugal Telecom International Finance BV – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief UA – Em Recuperação Judicial (em

conjunto, as “Sociedades do Grupo Oi”), o qual foi modificado em 6 de fevereiro de 2024, em 25 de março de 2024 e em 19 de abril de 2024, sendo aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 19 de abril de 2024 (“Plano de Recuperação Judicial”);

(iii) no âmbito da Recuperação Judicial, a Oi iniciou processo competitivo para alienação de uma unidade produtiva isolada (“UPI”) consistente na Companhia e seu patrimônio, a ser composto única e exclusivamente pelos ativos, direitos e obrigações relacionados à operação de (a) serviços telefônicos fixos comutados (STFC), (b) serviços de voz fixa por meio de acessos coletivos e individuais nas 7.400 (sete mil e quatrocentas) localidades onde a Oi é *Carrier of Last Resort* – COLR (obrigação de prestação até dezembro de 2028), (c) serviços tridígito (números únicos de utilidade pública), i.e. 190, 192 e 193, (d) interconexões, (e) infraestrutura de torres (mastros, postes, cavaletes, bases, cabeamentos e ativos correlatos) e (f) serviços e manutenção de telefones de uso público (“Operação Serviços Telefônicos”), incluindo a base de clientes, os contratos de trabalho, observando as disposições do § 2º do art. 141 da Lei nº 11.101/2005, os contratos com fornecedores exclusivos e os equipamentos terminais relacionados à Operação Serviços Telefônicos (“UPI Serviços Telefônicos”);

(iv) o processo competitivo para a alienação da UPI Serviços Telefônicos foi realizado mediante apresentação de propostas fechadas pelos interessados, conforme previsto no edital público para alienação da UPI Serviços Telefônicos datado de [●] de [●] de 2026 (“Editais Públicos”) e em consonância com as disposições do Plano de Recuperação Judicial (“Processo Competitivo”), tendo sido a proposta apresentada pela Compradora no âmbito do Processo Competitivo declarada vencedora e confirmada, em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, pelo Juízo da Recuperação Judicial, em [●] de [●] de 2026;

(v) a Oi é, nesta data, e continuará sendo, até o Fechamento, a única e legítima titular e possuidora da totalidade das ações de emissão da Companhia (“Ações SPE Serviços Telefônicos”), sendo certo que, no Fechamento, as Ações deverão estar livres e desembaraçadas de qualquer Ônus;

(vi) tendo feito sua própria avaliação da UPI Serviços Telefônicos e estando ciente dos termos do Plano de Recuperação Judicial, a Compradora deseja adquirir a UPI Serviços Telefônicos, sujeito aos termos e condições acordados neste Contrato (“Operação”).

POSTO ISSO, RESOLVEM as Partes, celebrar o presente Contrato, que será regido pelos seguintes termos e condições:

CAPÍTULO I

REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. Definições. Exceto se especificamente definidos ao longo do Contrato, os termos iniciados em letras maiúsculas, seja no plural ou no singular, independentemente de gênero e/ou de variações nominais ou verbais, terão os significados a eles atribuídos no Anexo 1.1 ao presente Contrato.

1.2. Interpretação. Neste Contrato, exceto se expressamente indicado de modo diverso:

1.2.1. Cabeçalhos e Títulos. Os cabeçalhos e títulos contidos neste Contrato servem apenas para conveniência e referência e não limitarão ou afetarão, de qualquer modo, a interpretação dos itens, parágrafos ou cláusulas aos quais se aplicam.

1.2.2. Termos. Os termos “tal como”, “inclusive”, “incluem” e similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da frase “mas não se limitando a”. Os termos “do presente”, “ao presente”, “pelo presente”, “no presente”, “nos termos do presente” e similares, quando utilizados neste Contrato, referem-se a este Contrato como um todo, incluindo seus Anexos, conforme venham a ser alterados, modificados, complementados ou consolidados ao longo do tempo, e não a um artigo ou cláusula, parágrafo ou item específico deste Contrato.

1.2.3. Referências a Documentos. As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, alterações, substituições, consolidações e complementações.

1.2.4. Referências a Disposições Legais. As referências a quaisquer dispositivos da Lei devem ser interpretadas como referências a tais dispositivos conforme alterados, ampliados, consolidados ou reeditados (desde que vigentes na Data de Fechamento).

1.2.5. Referências a este Contrato. Referências ao Preâmbulo, “Considerandos”, Cláusulas, Capítulos ou Anexos devem ser entendidas como referências ao Preâmbulo, “Considerandos”, Cláusulas, Capítulos e Anexos deste Contrato, salvo se disposto de forma contrária neste instrumento.

1.2.6. Referências a Pessoas. Todas as referências a Pessoas incluem seus sucessores, herdeiros, beneficiários e cessionários permitidos.

1.2.7. Contagem de Prazo. Todos os prazos previstos neste Contrato serão contados em dias corridos, salvo disposição em contrário. A contagem dos prazos deve ocorrer conforme previsto no artigo 224 do Código de Processo Civil, ou seja, excluindo-se a data do evento que causou o início desse prazo ou período e incluindo-se o último dia do prazo ou período em questão. Todos

os prazos estabelecidos neste Contrato que se iniciarem e encerrarem em sábados, domingos ou feriados serão automaticamente prorrogados para o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente.

1.2.8. Elaboração Conjunta. Em caso de qualquer ambiguidade ou dúvida com relação à intenção ou interpretação do presente Contrato, este será interpretado como escrito conjuntamente pelas Partes, sem qualquer presunção ou ônus de prova a favor ou contra qualquer uma das Partes em razão da autoria de qualquer de suas disposições, renunciando expressamente as Partes ao disposto no inciso IV, §1º, do artigo 113 do Código Civil. Cada uma das Partes reconhece, declara e garante que (i) foi devidamente assistida por advogados e tomou sua própria decisão, a seu exclusivo critério e discernimento, a respeito da negociação e formalização da Operação e dos negócios em geral contemplados pelo presente Contrato, inclusive dos valores aqui previstos, sem quaisquer ressalvas; e (ii) os compromissos aqui assumidos são justos, razoáveis e necessários para proteger os legítimos interesses comerciais das Partes.

CAPÍTULO II

COMPRA E VENDA

2.1. Compra e Venda. Sujeito à verificação (ou à renúncia à verificação, se aplicável) das Condições Suspensivas, a Vendedora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder e transferir à Compradora, e a Compradora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a adquirir e receber da Vendedora, na Data de Fechamento, a totalidade das Ações SPE Serviços Telefônicos, livres e desembaraçadas de todo e qualquer Ônus.

2.2. Preço de Aquisição. Como contraprestação pela aquisição das Ações SPE Serviços Telefônicos, a Compradora pagará à Vendedora, na Data de Fechamento o valor correspondente a R\$ [●] ([●]) (“Preço de Aquisição”).

2.3. Forma de Pagamento. O Preço de Aquisição será pago pela Compradora à Vendedora, na Data de Fechamento em moeda corrente nacional, através da transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta corrente de titularidade da Vendedora a ser oportunamente por ela indicada, por escrito, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência da Data de Fechamento.

2.3.1. Tributos. Cada Parte será exclusiva e individualmente responsável pelos Tributos por ela devidos em razão das operações previstas neste Contrato. Cada Parte será responsável, nos termos das Leis aplicáveis, por calcular, aferir, reter e pagar os Tributos sob sua respectiva responsabilidade.

2.4. UPI Serviços Telefônicos. Com a consumação do Fechamento, a Compradora será

detentora da totalidade das Ações SPE Serviços Telefônicos, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus. Mediante a implementação da Contribuição dos Ativos, Obrigações e Direitos, conforme detalhado no Capítulo III abaixo, o patrimônio da Companhia será composto única e exclusivamente pelos Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos, sendo que a Operação é formalizada pelas Partes em vista do fato de que a Companhia e os Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos serão alienados e adquiridos na forma de unidade produtiva isolada (UPI), nos termos do artigo 60, parágrafo único, do artigo 141, inciso II e do artigo 142 da Lei de Recuperação e Falências, bem como do artigo 133, §1º, inciso II, do Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO III

CONTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS

3.1. Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos. Observado o disposto neste Contrato, a Vendedora obriga-se, por si e/ou por suas Afiliadas, a concluir o processo de contribuição ou transferência à Companhia, de forma consistente com o Plano de Recuperação Judicial, de todos os ativos, obrigações e direitos que compõem a Operação Serviços Telefônicos, conforme categorias e perímetro previstos no **Anexo 3.1** (“Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos” e “Contribuição dos Ativos, Obrigações e Direitos”, respectivamente), sendo certo que, quando os Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos forem empregados, tais empregados só serão transferidos à UPI Serviços Telefônicos na medida em que concordem com tal transferência e (i) não tenham se desligado voluntariamente da Oi ou da Companhia; ou (ii) não tenham sido dispensados.

3.1.1. Despesas com a implementação da Contribuição dos Ativos, Obrigações e Direitos. As Partes concordam que todos e quaisquer custos e despesas com a implementação da Contribuição dos Ativos, Obrigações e Direitos à Companhia serão de responsabilidade exclusiva da Compradora.

CAPÍTULO IV

CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

4.1. Condições Suspensivas das Partes. Nos termos do artigo 125 do Código Civil, a obrigação das Partes de consumir a Operação, de acordo com os termos e condições previstos neste Contrato, está sujeita à verificação das seguintes condições suspensivas até a Data de Fechamento e a manutenção de tal verificação até a Data de Fechamento (“Condições Suspensivas das Partes”):

(i) Exigências da Lei de Recuperação e Falências, do Plano de Recuperação Judicial e do

Edital Público. Todas as exigências e formalidades previstas na Lei de Recuperação e Falências, no Plano de Recuperação Judicial e no Edital Público que forem necessárias para o Fechamento e consumação da Operação deverão ter sido cumpridas, inclusive no que se refere à validade e legitimidade da constituição da UPI Serviços Telefônicos;

(ii) Leis e Decisões. Nenhuma Autoridade Governamental competente tenha emitido Lei ou decisão em vigor e produzindo efeitos que tornem a Operação e/ou os atos do Fechamento ilegais ou que, por outra forma, impeçam ou restrinjam a consumação da Operação;

(iii) Aprovação do CADE. Obtenção da aprovação do CADE para a consumação da Operação, na forma prevista no presente Contrato, observado o disposto na Cláusula 6.2 abaixo (“Aprovação do CADE”)] [Nota: conforme aplicável];

(iii) Aprovação da ANATEL. Obtenção da anuência prévia para a consumação da Operação pela ANATEL, nos termos da Cláusula 6.3 abaixo (“Anuência Prévia ANATEL”);

(iv) Contribuição dos Ativos, Obrigações e Direitos. Conclusão, nos termos do Capítulo III deste Contrato, da Contribuição dos Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos essenciais à condução da Operação Serviços Telefônicos pela Companhia, incluindo a obtenção dos consentimentos e/ou *waivers* necessários à sua transferência para a Companhia.

4.2. Condições Suspensivas da Compradora. Nos termos do artigo 125 do Código Civil, a obrigação da Compradora de consumir a Operação, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato, está sujeita à verificação (ou à renúncia da verificação, por escrito, pela Compradora, nos termos da Cláusula 4.4, desde que permitido por Lei) das seguintes condições suspensivas até a Data de Fechamento e a manutenção de tal verificação até a Data de Fechamento (“Condições Suspensivas da Compradora”):

(i) Declarações e Garantias. As declarações e garantias prestadas pela Vendedora no Capítulo VII tenham permanecido verdadeiras, completas e corretas, em todos os seus aspectos relevantes, desde a data de assinatura deste Contrato até a Data de Fechamento (inclusive), como se fossem prestadas na Data de Fechamento, exceto pelas declarações e garantias referentes a uma data específica, que deverão ser verdadeiras, corretas e completas na data a que se referirem; e

(ii) Cumprimento de Obrigações. A Vendedora deverá ter cumprido, em todos os seus aspectos relevantes, as suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato que sejam exigíveis até a Data de Fechamento.

4.3. Condições Suspensivas da Vendedora. Nos termos do artigo 125 do Código Civil, a

obrigação da Vendedora de consumir a Operação, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato, está sujeita à verificação (ou à renúncia da verificação, por escrito, pela Vendedora, nos termos da Cláusula 4.4, desde que permitido por Lei) das seguintes Condições Suspensivas até a Data de Fechamento e a manutenção de tal verificação até a Data de Fechamento (“Condições Suspensivas da Vendedora” e, em conjunto com as Condições Suspensivas das Partes e as Condições Suspensivas da Compradora, as “Condições Suspensivas”):

- (i) Declarações e Garantias. As declarações e garantias prestadas pela Compradora no Capítulo VII tenham permanecido verdadeiras, completas e corretas, em todos os seus aspectos relevantes, desde a data de assinatura deste Contrato até a Data de Fechamento (inclusive), como se fossem prestadas na Data de Fechamento, exceto pelas declarações e garantias referentes a uma data específica, que deverão ser verdadeiras, corretas e completas na data a que se referirem; e
- (ii) Cumprimento de Obrigações. A Compradora deverá ter cumprido, em todos os seus aspectos relevantes, as suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato que sejam exigíveis até a Data de Fechamento.

4.4. Renúncia das Condições Suspensivas. Fica estabelecido que nenhuma das Partes poderá renunciar à verificação das Condições Suspensivas das Partes. A verificação das Condições Suspensivas da Compradora somente poderá ser renunciada pela Compradora. A verificação das Condições Suspensivas da Vendedora somente poderá ser renunciada pela Vendedora. A renúncia à verificação de qualquer das Condições Suspensivas: (i) deverá ser manifestada por escrito e de forma expressa, mediante envio de comunicação à outra Parte; (ii) vinculará as Partes para todos os efeitos do presente Contrato e da Lei; e (iii) não implicará a renúncia de qualquer outra Condição Suspensiva que não tenha sido expressamente renunciada pela Parte em questão.

4.5. Responsabilidade pela Verificação; Cooperação Mútua. A Compradora assume a obrigação de adotar todas as medidas necessárias para promover a verificação das Condições Suspensivas da Vendedora. A Vendedora assume a obrigação de adotar todas as medidas necessárias para promover a verificação das Condições Suspensivas da Compradora. As Partes assumem, em conjunto, a obrigação de adotar todas as medidas necessárias para promover a verificação das Condições Suspensivas das Partes. A Parte que der causa à não verificação de uma Condição Suspensiva não poderá reivindicar este fato para impedir que o Fechamento se realize e/ou pleitear a rescisão deste Contrato nos termos do Capítulo XI abaixo.

4.6. Verificação das Condições Suspensivas. Cada Parte assume a obrigação de manter a outra Parte informada a respeito da verificação das Condições Suspensivas que lhe couber, conforme os respectivos atos venham a ser realizados, mediante envio de notificação, por escrito, que deverá

estar acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios, sendo certo que, uma vez verificada e/ou renunciada (desde que permitido por Lei) a última das Condições Suspensivas estabelecida neste Capítulo IV (exceto por qualquer Condição Suspensiva cuja verificação ou renúncia, por sua natureza ou por disposição expressa deste Contrato, deva ser verificada somente na Data de Fechamento), qualquer Parte poderá enviar uma notificação à outra Parte convocando-a para realizar o Fechamento, nos termos do Capítulo V Capítulo III abaixo.

CAPÍTULO V FECHAMENTO

5.1. Fechamento. As Partes se comprometem a, no último Dia Útil do mês em que forem verificadas e/ou renunciadas (conforme aplicável) todas as Condições Suspensivas, ou no último Dia Útil do mês seguinte a tal verificação ou renúncia, caso isso ocorra a partir do 15º (décimo quinto) dia do mês (“Data de Fechamento”), realizar os atos necessários à consumação da Operação de maneira exclusivamente digital (caso possível) ou híbrida, caso em que as Partes deverão comparecer ao escritório [●], localizado na [●], observado o disposto neste Capítulo V.

5.2. Atos do Fechamento. Na Data de Fechamento, as Partes obrigam-se, mutuamente, a tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato que seja ou se torne necessário para efetivar a Operação, incluindo, sem limitação, os seguintes atos (“Atos do Fechamento”):

(i) Declarações, Garantias e Obrigações da Vendedora. A Vendedora entregará à Compradora uma declaração assinada por seus representantes legais, confirmando que (a) todas as declarações e garantias prestadas pela Vendedora no Capítulo VII permaneceram verdadeiras, completas e corretas, em todos os seus aspectos relevantes, em qualquer caso, desde a data de assinatura deste Contrato até a Data de Fechamento (inclusive), como se fossem prestadas na Data de Fechamento, exceto pelas declarações e garantias referentes a uma data específica, que deverão ser verdadeiras, corretas e completas na data a que se referirem; e (b) cumpriu, em todos os aspectos relevantes, todas as obrigações que, por força deste Contrato, deveria cumprir até a Data de Fechamento;

(ii) Declarações, Garantias e Obrigações da Compradora. A Compradora entregará à Vendedora uma declaração assinada por seus representantes legais, confirmando que (a) todas as declarações e garantias prestadas pela Compradora no Capítulo VII permaneceram verdadeiras, completas e corretas, em todos os seus aspectos relevantes, em qualquer caso, desde a data de assinatura deste Contrato até a Data de Fechamento (inclusive), como se fossem prestadas na Data de Fechamento, exceto pelas declarações e garantias referentes a uma data específica, que deverão ser verdadeiras, corretas e completas na data a que se referirem; e (b) cumpriu, em todos os aspectos relevantes, todas as obrigações que, por força deste Contrato, deveria cumprir até a Data

de Fechamento;

(iii) Pagamento do Preço de Aquisição. A Compradora realizará o pagamento do Preço de Aquisição à Vendedora, observado o disposto no Capítulo II;

(iv) Transferência das Ações SPE Serviços Telefônicos. As Ações SPE Serviços Telefônicos serão transferidas pela Vendedora à Compradora mediante (a) assinatura, pela Vendedora, na qualidade de cedente, e pela Compradora, na qualidade de cessionária, do termo de transferência de ações nominativas no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia, e (b) averbação da nova titularidade das Ações SPE Serviços Telefônicos no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia;

(v) AGE de Fechamento. Será realizada uma assembleia geral da Companhia, na qual será aprovada, dentre outras matérias, a eleição dos novos administradores da Companhia;

Renúncia. A Vendedora fará com que os atuais diretores da Companhia entreguem termos de renúncia aos seus respectivos cargos devidamente assinados;

(vi) Outras Medidas. As Partes celebrarão todos e quaisquer outros documentos e deverão adotar todas e quaisquer medidas necessárias ou convenientes para consumir o Fechamento e a implementação da Operação na forma prevista neste Contrato.

5.3. Simultaneidade. Todos os atos a serem praticados no âmbito do Fechamento constituem parte de um negócio único ajustado entre as Partes e deverão ser considerados como tendo sido praticados e implementados simultaneamente, independentemente da ordem ou numeração especificada neste Contrato. Como consequência, se qualquer dos atos a serem praticados no Fechamento não for efetivamente praticado na Data de Fechamento, os demais atos eventualmente praticados serão considerados sem validade e efeito, a menos que as Partes acordem, por escrito, de forma diversa.

5.4. Compromisso de Formalização dos Atos do Fechamento. As Partes, desde já, comprometem-se a, inclusive depois da Data de Fechamento e sem limitação de prazo, praticar todos e quaisquer outros atos necessários à formalização de todas as operações previstas neste Contrato, inclusive apresentar e assinar todos os documentos, ratificações e/ou retificações, aditamentos e/ou formulários que eventualmente venham a ser exigidos por qualquer Autoridade Governamental competente, incluindo pela Junta Comercial, para o arquivamento dos atos societários do Fechamento, para protocolo ou como condição para aprovação do ato, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação.

5.5. Registros. A Compradora levará a registro perante as Autoridades Governamentais competentes, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a Data de Fechamento, os atos societários pertinentes ao Fechamento, sendo que eventuais custos para registro de tais atos societários serão arcados exclusivamente pela Compradora. As Partes deverão cooperar, conforme necessário, para que tais registros sejam efetuados apropriadamente.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES PRÉ-FECHAMENTO¹

6.1. Condução das Atividades até a Data de Fechamento. Até a obtenção da Aprovação do CADE e a obtenção da Anuência Prévia ANATEL, as Partes comprometem-se a conduzir seus respectivos negócios de maneira autônoma e independente, sem nenhuma espécie de ingerência de uma sobre a outra. A Vendedora obriga-se a, a partir da data de assinatura deste Contrato até a Data de Fechamento, fazer com que a Companhia conduza as suas respectivas operações em observância ao Curso Normal dos Negócios.

6.2. Aprovação do CADE. Em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato, as Partes deverão submeter a consumação da Operação à aprovação pelo CADE, nos termos da Lei.

6.2.1. Cooperação das Partes. Caberá à Compradora liderar a submissão da Operação ao CADE, devendo a Vendedora cooperar integralmente com a Compradora para tanto, especialmente mediante a entrega tempestiva de todas as informações e documentação razoavelmente exigidas para a submissão ou para atendimento a eventuais complementações formuladas pelo CADE. Sem prejuízo do disposto anteriormente, cada Parte poderá submeter informações concorrencialmente sensíveis diretamente ao CADE, sem a necessidade de compartilhamento com a outra Parte.

6.2.2. Ao liderar as interações com o CADE, a Compradora compromete-se a compartilhar com a Vendedora previamente os documentos a serem apresentados ao CADE para a validação das informações apresentadas e para a realização de contribuições, em comum acordo com a Compradora, sendo certo que a apresentação de quaisquer manifestações, documentos ou informações ao CADE dependerá da prévia aprovação da Vendedora. A Vendedora envidará seus melhores esforços para, desde que recebidas com antecedência razoável, verificar as informações e confirmar e/ou corrigir quaisquer informações preparadas pela Compradora, bem como a apresentar eventuais comentários que entendam pertinentes para melhor defesa dos interesses das

¹ **Nota à Minuta:** A ser ajustado conforme especificidades da compradora. Sujeito a revisão e comentários dos assessores regulatórios, conforme aplicável.

Partes perante o CADE.

6.2.3. Custos. Os custos de submissão da Operação ao CADE deverão ser arcados pela Compradora, observado que cada Parte arcará com os custos de seus advogados e eventuais outros assessores.

6.2.4. Aprovação da Operação pelo CADE. A aprovação pelo CADE para a implementação da Operação, inclusive para fins da Cláusula 4.1(iii), somente será considerada obtida quando: (i) do decurso do prazo de oposição de 15 (quinze) dias contados do dia da publicação da decisão da Superintendência Geral do CADE na imprensa oficial, sem que, neste prazo, tenham sido apresentados recursos de terceiros ou tenha ocorrido uma avocação pelo Tribunal do CADE (conforme a Lei de Defesa da Concorrência); ou (ii) caso a Operação seja analisada pelo Tribunal do CADE, da publicação da Decisão Final do CADE, considerando eventuais embargos e/ou pedido de reapreciação (conforme a Lei de Defesa da Concorrência).

6.3. Anuência da ANATEL. Em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato, a Vendedora deverá fazer com que a Companhia solicite a Anuência Prévia da ANATEL para a transferência do seu Controle nos exatos termos e condições deste Contrato.

6.3.1. Minuta do Pedido de Anuência. A Companhia deverá preparar versão preliminar do Pedido de Anuência da ANATEL ("Minuta do Pedido de Anuência"). A Compradora se compromete a cooperar e fornecer, no que for razoável, as informações necessárias para a elaboração da Minuta do Pedido de Anuência. A Minuta do Pedido de Anuência deverá ser submetida previamente à Compradora para revisão e confirmação da exatidão, completude e pertinência de suas informações e as Partes cooperarão totalmente e de forma oportuna para realizar quaisquer ajustes que entendam necessários.

6.3.2. Reuniões Prévias com a ANATEL. Antes da submissão da Minuta do Pedido de Anuência, a Companhia deverá agendar reunião prévia presencial com a ANATEL ("Reunião Prévia com a ANATEL"), a fim de apresentar os principais aspectos da Operação e discutir informações essenciais à sua análise pela ANATEL. A Reunião Prévia com a ANATEL será requerida em caráter confidencial, agendada em data a ser acordada entre as Partes e deverá contar com a presença dos representantes da Vendedora e da Compradora, salvo se a participação de seus representantes for dispensada, por escrito, pela Compradora, ao seu exclusivo critério.

6.3.3. ANATEL – Cooperação das Partes. Durante todas as fases do processo de submissão do Pedido de Anuência da ANATEL, as Partes se comprometem a cooperar integralmente uma com a outra de maneira diligente para responder questionamentos, pedidos de informação ou esclarecimentos realizados pela ANATEL e razoavelmente necessários, envidando seus melhores

esforços para obter a aprovação da Operação sem restrições ou condicionantes. Toda e qualquer comunicação recebida da ANATEL por uma das Partes deverá ser encaminhada à outra Parte para ciência e nenhuma das Partes poderá enviar qualquer comunicação à ANATEL sem a prévia aprovação por escrito da outra Parte, com exceção de informações concorrencialmente sensíveis, que deverão ser compartilhadas diretamente com a ANATEL, sem a necessidade de compartilhamento com a outra Parte.

6.3.4. ANATEL - Custos. A Compradora arcará com os custos e despesas decorrentes ou relacionados ao Pedido de Anuência da ANATEL, inclusive com despesas relacionadas à contratação de advogados e assessores por cada uma das Partes.

6.4. Remédios. Caso o CADE e/ou a ANATEL entendam ser necessária a imposição de quaisquer restrições estruturais (seja por meio da alienação de ativos ou de qualquer outra forma), como condição para conceder a Aprovação do CADE e/ou Anuência Prévia da ANATEL, respectivamente, a Compradora estará obrigada a interagir com tais Autoridades Governamentais de boa-fé e com diligência, objetivando identificar o nível mínimo de restrições estruturais requeridas e propondo e implementando as restrições suficientes para eliminar de forma consensual as preocupações identificadas nos processos de aprovação da Operação. As Partes esclarecem que a imposição de quaisquer remédios ou restrições à Operação por parte do CADE e/ou da ANATEL não afetará nem implicará alteração, em nenhuma hipótese, nas obrigações das Partes estabelecidas neste instrumento, devendo a Compradora aceitar os remédios e condições estabelecidos pela ANATEL e/ou CADE.

CAPÍTULO VII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. Declarações e Garantias da Vendedora. A Vendedora presta, neste ato, à Compradora, cada uma das declarações e garantias constantes do **Anexo 7.17.1**, em relação a si e à Companhia, que são verdadeiras, precisas, completas e corretas nesta data (exceto pelas declarações e garantias referentes a uma data específica, que deverão ser verdadeiras, precisas, completas e corretas na data a que se referirem) e que permanecerão verdadeiras, precisas, completas e corretas até a Data de Fechamento (inclusive).

7.2. Declarações e Garantias da Compradora. A Compradora presta, neste ato, à Vendedora, cada uma das declarações e garantias constantes do **Anexo 7.2**, que são verdadeiras, precisas, completas e corretas nesta data (exceto pelas declarações e garantias referentes a uma data específica, que deverão ser verdadeiras, precisas, completas e corretas na data a que se referirem) e que permanecerão verdadeiras, precisas e corretas até a Data de Fechamento (inclusive).

CAPÍTULO VIII

INDENIZAÇÃO

8.1. Indenização pela Vendedora. A Vendedora obriga-se a indenizar e manter a Compradora e suas respectivas Afiliadas (“Partes Indenizáveis da Compradora”), indenies e isentas de toda e qualquer Perda efetivamente incorrida (e que resulte em um desembolso financeiro efetivo) por qualquer das Partes Indenizáveis da Compradora, quando tal Perda decorrer de:

- (i) qualquer falsidade, inexatidão, erro ou violação material nas declarações e garantias prestadas pela Vendedora no Capítulo VII;
- (ii) ação ou omissão da Vendedora que resulte em violação material deste Contrato; e/ou
- (iii) evicção das Ações SPE Serviços Telefônicos.

8.2. Indenização pela Compradora. A Compradora se obriga a indenizar e manter a Vendedora e suas Afiliadas (“Partes Indenizáveis da Vendedora”), indenies e isentas de toda e qualquer Perda efetivamente incorrida por qualquer das Partes Indenizáveis da Vendedora, quando tal Perda decorrer, direta ou indiretamente, de:

- (i) qualquer falsidade, inexatidão, erro ou violação nas declarações e garantias prestadas pela Compradora, nos termos do Capítulo VII; e/ou
- (ii) ação ou omissão da Compradora que resulte em violação material deste Contrato.

8.3. “Porteira Fechada”. A Compradora reconhece que a Operação regulada por esse Contrato consiste na aquisição da Companhia na modalidade “*porteira fechada*”. A Compradora declara que possui conhecimento e experiência suficientes para avaliar quaisquer riscos e responsabilidades assumidos em decorrência da implementação da Operação e concorda em assumir integralmente todos e quaisquer riscos e responsabilidades decorrentes da implementação da Operação e da aquisição das Ações SPE Serviços Telefônicos, exonerando a Vendedora de toda e qualquer responsabilidade em relação à Companhia e à implementação da Operação como um todo. A Compradora reconhece que não tem quaisquer direitos de indenização, direta ou indiretamente, contra a Vendedora com relação à Companhia, suas atividades, os Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos e à aquisição das Ações SPE Serviços Telefônicos (incluindo, mas não se limitando a, com relação a todas e quaisquer Perdas incorridas ou sofridas por qualquer uma das Partes Indenizáveis da Compradora em conexão com, decorrentes de ou como resultado de qualquer fato, ato ou omissão, ocorrido antes da Data de Fechamento), exceto pelos direitos de indenização previstos na Cláusula 8.1 acima.

8.4. Limitações à Obrigação de Indenizar. A obrigação de indenizar assumida por cada uma das Partes estará sujeita às seguintes limitações:

8.4.1. Limitação Temporal. A obrigação de indenizar de ambas as Partes estipulada neste Capítulo VIII subsistirá pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da Data de Fechamento (“Período de Sobrevivência”). Nenhuma indenização será devida pelas Partes após o vencimento do Período de Sobrevivência, sendo certo que, caso uma notificação por escrito referente a uma Demanda tiver sido enviada antes do transcurso do Período de Sobrevivência, então a obrigação de indenizar deve permanecer vigente com relação a tal Demanda até que ela seja solucionada por uma Decisão Final.

8.4.2. Cap. A obrigação de indenizar de cada uma das Partes nos termos deste Capítulo VIII estará limitada a [●]% ([●] por cento) do Preço de Aquisição (“Cap”). Após atingido o Cap, nenhuma outra indenização será devida pela Parte cujo Cap tenha sido atingido, a qualquer título, sob este Contrato.

8.4.3. Danos Indiretos. As Partes Indenizadoras (conforme definido abaixo) não serão obrigadas a indenizar as respectivas Partes Indenizáveis por Perdas decorrentes de quaisquer danos indiretos, de imagem ou reputacionais, incluindo lucros cessantes, danos morais ou danos punitivos.

CAPÍTULO IX

PROCEDIMENTO PARA INDENIZAÇÃO

9.1. Procedimento de Indenização por Demandas Diretas. Na hipótese de uma Parte Indenizável entender ter o direito de requerer uma indenização diretamente da outra Parte (“Parte Indenizadora”) e desde que tal indenização não seja decorrente de uma Demanda de Terceiro (“Demanda Direta”), a Parte Indenizável notificará a Parte Indenizadora, informando, em detalhes razoáveis, as razões pelas quais entende ter direito à indenização pela Perda (“Notificação de Demanda Direta”). A Parte Indenizadora responderá a tal notificação no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar do respectivo recebimento para informar (i) se concorda com a sua responsabilidade pelo pagamento da indenização pela Perda em questão; ou (ii) se discorda da responsabilidade pelo pagamento da indenização pela Perda em questão. Se a Parte Indenizadora deixar de tempestivamente responder à Notificação de Demanda Direta, os termos da referida notificação serão considerados como rejeitados pela Parte Indenizadora.

9.1.1. Concordância da Parte Indenizadora. Se a Parte Indenizadora concordar com a indenização pela Perda em questão, a indenização pela Perda será considerada devida pela Parte

Indenizadora, que deverá promover o pagamento em benefício da Parte Indenizável conforme previsto na Cláusula 9.3.

9.1.2. Discordância da Parte Indenizadora. Se a Parte Indenizadora discordar do pedido da Parte Indenizável, qualquer das Partes poderá iniciar um procedimento arbitral nos termos do Capítulo XII.

9.2. Procedimento de Indenização por Demanda de Terceiro. Caso seja proposta por Terceiro (incluindo Autoridade Governamental) uma Demanda contra qualquer Parte Indenizável (“Demanda de Terceiro”), em que as alegações subjacentes envolvam ou possam envolver responsabilidade imputável, total ou parcialmente, a uma Parte Indenizadora nos termos deste Contrato, a Parte Indenizável deverá enviar uma notificação à Parte Indenizadora (“Notificação de Demanda de Terceiro”) na primeira metade do prazo legal para a apresentação de defesa ou contestação da Demanda de Terceiro. A Parte Indenizadora terá o direito, mediante envio de notificação por escrito à Parte Indenizável (em até 5 (cinco) Dias contados do recebimento da Notificação de Demanda de Terceiro ou, caso esteja em curso prazo para apresentação de defesa, antes de transcorridos 2/3 (dois terços) do prazo disponível à defesa, sendo que, caso o prazo disponível para defesa seja de 5 (cinco) dias ou menos, a notificação será dada no máximo até a metade do prazo disponível à defesa), de assumir a defesa da Demanda de Terceiro, por meio de advogados de sua própria escolha, podendo transigir, celebrar acordo, termo de compromisso, termo de ajustamento de conduta ou similar, aderir à programa de parcelamento, desistir do recurso à via judicial, quando se tratar de decisão proferida em processo administrativo, desistir da apresentação de recursos, embargos ou outras medidas, seja em processos de natureza judicial ou administrativa e/ou admitir a procedência do pedido (“Acordo em Demanda de Terceiro”). Caso a Parte Indenizadora não assuma tal defesa ou permaneça silente, então a Parte Indenizável deverá assumir sua defesa, de boa-fé, ressalvado que a Parte Indenizável não poderá deixar de recorrer contra decisões desfavoráveis sem o consentimento prévio e escrito da Parte Indenizadora, e somente poderá celebrar acordo em Demanda de Terceiro nos termos da Cláusula 9.2.6 abaixo.

9.2.1. Notificação de Demanda de Terceiro. Na Notificação de Demanda de Terceiro também constará: (i) cópia da intimação, notificação, autuação ou citação recebida pela Parte Indenizável relativa à Demanda de Terceiro; (ii) a natureza da exigibilidade; (iii) o número do processo, o órgão jurisdicional ou administrativo ao qual está vinculado, e eventuais outros dados que estejam disponíveis a respeito de tal Demanda de Terceiro; e (iv) quando possível, a estimativa de boa-fé da Parte Indenizável quanto ao valor total da Perda envolvida na referida Demanda de Terceiro a ser indenizada pela Parte Indenizadora considerando os elementos constantes do respectivo processo judicial, arbitral ou administrativo, conforme o caso, até aquele momento.

9.2.2. Omissão ou Atraso. A omissão ou o atraso da Parte Indenizável em notificar a Parte Indenizadora no prazo previsto na Cláusula 9.2 não desobrigará a Parte Indenizadora do pagamento da respectiva Perda, exceto caso tal omissão ou atraso prejudique a condução da defesa pela Parte Indenizadora, conforme o caso.

9.2.3. Cumprimento dos Procedimentos. Qualquer falha por parte da Parte Indenizável no cumprimento dos procedimentos e compromissos assumidos no presente Contrato – especialmente no presente Capítulo IX– eximirá a Parte Indenizadora da sua obrigação de ressarcir ou indenizar a Parte Indenizável pela Perda em questão, apenas na medida em que tal Perda pudesse ser dirimida, mitigada, reduzida ou evitada caso a Parte Indenizável tivesse cumprido com o aqui disposto.

9.2.4. Acompanhamento da Defesa. A Parte que não estiver conduzindo a Defesa da Demanda de Terceiro poderá, a seu exclusivo critério, contratar advogados ou especialistas para acompanhar a condução de Demandas de Terceiro e terá o direito de solicitar informações dos procedimentos relevantes relacionados a qualquer Demanda de Terceiro conduzida pela Parte que estiver conduzindo a Defesa da Demanda de Terceiro, sendo que, em qualquer hipótese, a Parte que não estiver conduzindo a Defesa da Demanda de Terceiro será a única responsável pelo pagamento de quaisquer despesas e honorários decorrentes de tal contratação adicional.

9.2.5. Cooperação Mútua. As Partes deverão outorgar as procurações e disponibilizar umas às outras os documentos e informações que porventura se fizerem necessários à condução das Demandas de Terceiros. As Partes deverão auxiliar umas às outras com todo o suporte razoavelmente solicitado para fins de condução da Demanda de Terceiro, devendo fornecer informações e documentos de que tiver conhecimento ou posse e que forem necessários para a condução da Demanda de Terceiro, inclusive propiciando contato direto com empregados, consultores ou prestadores de serviços (incluindo contadores, advogados e auditores) que tenham informações, documentos ou dados que possam ser úteis para a Defesa da Demanda de Terceiro.

9.2.6. Celebração de Acordos. A Parte Indenizável somente poderá celebrar um acordo em Demanda de Terceiro mediante notificação à Parte Indenizadora com pelo menos 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência da celebração do acordo, informando os termos propostos para sua celebração. Se a Parte Indenizável não receber uma resposta escrita da Parte Indenizadora em até 1 (um) Dia Útil antes do prazo previsto para a celebração do acordo, estará livre para celebrar tal acordo proposto arcando com todo e qualquer valor incorrido no âmbito de tal acordo, que deixará de ser indenizável. Não obstante o disposto acima, a Parte Indenizável somente poderá celebrar acordo em Demanda de Terceiro sem a concordância expressa da Parte Indenizadora na medida em que tal acordo não: (i) implique o reconhecimento de qualquer obrigação não-pecuniária ou culpa; (ii) configure um precedente desfavorável à Parte Indenizadora ou afete a sua defesa,

conforme determinado em parecer emitido por assessor externo; e (iii) gere consequências negativas para a condução dos negócios da Parte Indenizadora, conforme determinado em parecer emitido por assessor externo.

9.3. Prazo de Pagamento de Indenizações. Qualquer importância devida por uma Parte Indenizadora a uma Parte Indenizável, nos termos deste Capítulo IX, deverá ser paga, em moeda corrente nacional, observando os prazos abaixo:

(i) em relação a uma Demanda de Terceiro, o pagamento deverá ser realizado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que uma Perda se tornar devida nos termos da respectiva Demanda de Terceiro por força da Decisão Final; e

(ii) em relação a uma Demanda Direta, o pagamento deverá ser realizado em até 10 (dez) Dias Úteis contados (a) do recebimento, pela Parte Indenizadora, da Notificação de Demanda Direta, caso a Parte Indenizadora concorde com sua obrigação de indenizar o respectivo valor, ou (b) de Decisão Final proferida pelo Tribunal Arbitral nos termos do Capítulo XII deste Contrato.

9.4. Recomposição Integral. As indenizações devidas pela Parte Indenizadora à Parte Indenizável previstas neste Capítulo IX deverão abranger todos os Tributos, contribuições e outros encargos incorridos pela respectiva Parte Indenizável, conforme o caso, em virtude do direito à indenização ou recebimento de qualquer pagamento de indenização; de modo que seja garantido que a Parte Indenizável seja sempre recomposta integralmente à situação que estaria caso a Perda não tivesse sido incorrida.

9.5. Inexistência de Duplo Ressarcimento e Compensação. Cada Perda incorrida por uma Parte Indenizável será reduzida por qualquer indenização, contribuição ou outro pagamento similar efetivamente recebido pela Parte Indenizável de um Terceiro para compensar tal Perda, de modo que a Parte Indenizadora (i) terá sua obrigação de indenizar reduzida pela parcela da Perda que houver sido recuperada pela Parte Indenizável; ou (ii) deverá ser reembolsada pela Parte Indenizável, conforme o caso.

9.6. Obrigação de Minimizar Perdas. As Partes comprometem-se a envidar melhores esforços, no caso de verificação de uma Perda, para mitigar o montante dessa Perda a ser indenizado nos termos e condições do presente Contrato.

9.7. Remédio Exclusivo. Cada uma das Partes reconhece que: (i) as disposições de indenização previstas no Capítulo VIII acima e neste Capítulo IX constituem os únicos e exclusivos remédios das Partes em razão de qualquer violação de declaração, garantia ou obrigação aqui prevista; e (ii) toda e qualquer Demanda decorrente de ou relacionada a este

Contrato somente poderá ser formulada nos termos e de acordo com as condições estabelecidas neste Capítulo IX.

CAPÍTULO X

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

10.1. Confidencialidade. Em razão do acesso que tiveram e terão às informações confidenciais, as Partes assumem reciprocamente os compromissos de não divulgar total ou parcialmente o objeto e/ou o conteúdo deste Contrato a quaisquer Terceiros, que não seus respectivos representantes que devam ter acesso ao Contrato para fins de cumprimento das disposições aqui previstas, nos termos da Lei. As Partes deverão exigir dos respectivos representantes, sob sua exclusiva responsabilidade, que (i) assumam compromissos de confidencialidade iguais aos ora assumidos pelas Partes nesta Cláusula 10.1; (ii) não permitam o acesso às informações confidenciais das outras Partes a Terceiros que não seus representantes, e a estes apenas na extensão necessária para permitir a concretização do objeto deste Contrato; (iii) não utilizem qualquer das informações confidenciais para qualquer finalidade que não os fins previstos neste Contrato; e (iv) mantenham a maior confidencialidade possível em relação às informações confidenciais recebidas.

10.1.1. As limitações previstas neste Contrato para a revelação de informações confidenciais não serão aplicáveis quando tais informações confidenciais (i) forem, nesta data, de domínio público; (ii) eram conhecidas pelo receptor da informação confidencial ao tempo de sua revelação, não tendo sido obtidas, direta ou indiretamente, do fornecedor da informação confidencial, seus representantes ou Terceiros sujeitos a dever de sigilo; (iii) tenham se tornado conhecidas do público, em caráter geral, após esta data, como resultado de ação ou omissão do fornecedor da Informação Confidencial ou de qualquer de seus representantes; e/ou (iv) venham a tornar-se de conhecimento público após sua revelação ao receptor da informação confidencial, sem que haja qualquer participação deste na divulgação.

10.1.2. Caso a Parte receptora da informação confidencial ou qualquer de seus representantes seja requerido por lei, regulamento, ordem judicial ou de Autoridades Governamentais com poderes para tal, a divulgar qualquer informação confidencial, a Parte receptora deverá, caso não proibida por lei, comunicar tal fato imediatamente à Parte fornecedora da informação confidencial, por escrito e anteriormente à referida divulgação, para que esta possa buscar uma ordem judicial ou outro remédio junto à Autoridade Governamental apropriada, que impeça a divulgação. A Parte receptora compromete-se a cooperar com a Parte fornecedora na obtenção da referida ordem judicial ou de outro remédio que impeça a divulgação, exceto se a divulgação for requerida nos termos das Leis aplicáveis ao mercado de capitais relevantes para cada Parte ou suas Afiliadas, caso em que aplicar-se-á o disposto na Cláusula 10.2 abaixo. A Parte receptora

concorda também que, se a Parte fornecedora não obtiver sucesso na tentativa de afastar a obrigação de revelar a informação confidencial, divulgará somente a parte da informação confidencial que está sendo legalmente requerida e, ainda, que irá envidar seus melhores esforços no sentido de obter garantias confiáveis de que será dado tratamento confidencial às informações confidenciais reveladas.

10.2. Comunicados. As Partes concordam que, caso qualquer das Partes (ou suas Afiliadas) seja exigida por Autoridade Governamental ou por força de Lei aplicável ao mercado de capitais ao qual tal Parte esteja sujeita a fazer qualquer comunicação pública a respeito da Operação (“Parte Comunicante”), a Parte Comunicante deverá informar a outra Parte a respeito de tal requisição e deverá tomar as medidas razoavelmente cabíveis para compartilhar e discutir com a outra Parte os termos de tal comunicação, a fim de que as Partes, se for o caso, entrem em um acordo com relação ao seu conteúdo e, caso assim acordado entre as Partes e se possível for, divulguem uma comunicação conjunta. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 10.2, a Parte Comunicante (assim como seus administradores) não terá a obrigação de obter o consentimento das outras Partes para a comunicação pública a respeito da Operação decorrente da requisição referida acima ou de qualquer outra obrigação decorrente de Lei aplicável, ou de normas ou regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelas Autoridades Governamentais relevantes de cada jurisdição aplicável.

CAPÍTULO XI

TÉRMINO E RESCISÃO

11.1. Rescisão. Não obstante o seu caráter irrevogável e irretratável, o presente Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, antes da Data de Fechamento:

- (i) por acordo escrito entre as Partes;
- (ii) por qualquer das Partes, caso qualquer Autoridade Governamental competente tenha emitido, promulgado ou decretado qualquer Lei que esteja em efeito e que torne a Operação ilegal ou que de outra forma proíba a consumação da Operação;
- (iii) no término do prazo de 12 (doze) meses contados desta data, sem que a Operação tenha sido consumada. Fica acordado que o referido prazo será automaticamente prorrogado por 6 (seis) meses caso reste pendente a obtenção da Aprovação o CADE e/ou da Anuência Prévia ANATEL, sendo certo que, após a primeira prorrogação automática, a Vendedora poderá optar, a seu exclusivo critério, por prorrogar o referido prazo por períodos adicionais de 6 (seis) meses.

11.2. Efeitos do Término. Em qualquer hipótese de término deste Contrato (i) as disposições

do Capítulo X (Confidencialidade), do Capítulo XII (Resolução de Conflitos), do Capítulo XIII (Disposições Gerais) e da Cláusula 11.3 (*Break-Up Fee*), permanecerão válidas e eficazes, sobrevivendo, portanto, ao término deste Contrato; (ii) as Partes não estarão isentas de responsabilidade pelas Perdas a que derem causa em razão de qualquer violação deste Contrato; e (iii) qualquer efeito diretamente relacionado à celebração do presente Contrato no âmbito da Recuperação Judicial será considerado nulo e sem efeito, de forma que as Partes retornem à situação se encontravam imediatamente antes da celebração deste Contrato (*status quo ante*), devendo as Partes adotar todas as medidas necessárias para tanto. Para fins de esclarecimento, a obrigação prevista na Cláusula 11.3, se devida, permanecerá válida e eficaz até seu efetivo cumprimento.

11.3. Multa (*Break-Up Fee*). Em caso de (i) descumprimento deste Contrato pela Compradora que acarrete sua rescisão; (ii) atraso injustificado ou não submissão da Operação ao CADE, na forma prevista na Cláusula 6.2; (iii) atraso injustificado ou não submissão da Operação à ANATEL, na forma prevista na Cláusula 6.3, por culpa atribuível à Compradora; ou (iv) término do prazo previsto na Cláusula 11.1(iii) sem a implementação do Fechamento por culpa atribuível à Compradora; a Compradora deverá, em caráter irrevogável e irretratável, pagar à Vendedora multa não compensatória no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Preço de Aquisição, mediante a transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária indicada pela Vendedora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da rescisão deste Contrato (“*Break-up Fee*”). Além do pagamento da *Break-up Fee*, a Compradora estará sujeita a perdas e danos, bem como execução específica do Contrato.

11.3.1. O atraso no pagamento da *Break-up Fee* sujeitará automaticamente a Compradora, de pleno direito e independentemente de notificação, ao pagamento de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso, acrescido de correção pelo CDI, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* sobre o valor corrigido, devidos desde a data de vencimento do valor em atraso até a data do seu efetivo e integral pagamento, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

CAPÍTULO XII

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

12.1. Arbitragem. Qualquer disputa oriunda de ou relacionada a este Contrato e/ou a seus Anexos, incluindo quaisquer matérias relacionadas à existência, validade, eficácia, desempenho contratual, interpretação, violação ou rescisão, será submetida a, e exclusiva e finalmente resolvida por, arbitragem obrigatória de acordo com as regras (“Regras de Arbitragem”) da

Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Câmara de Arbitragem”) vigentes quando da instauração da arbitragem e deverá ser administrada pela Câmara de Arbitragem.

12.1.1. Normas Aplicáveis. Caso as normas estabelecidas pela Câmara de Arbitragem sejam silentes sobre qualquer aspecto de procedimento, deverão ser complementadas pelas disposições pertinentes da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada de tempos em tempos (“Lei de Arbitragem”). As Regras de Arbitragem são consideradas incorporadas para referência neste Contrato, exceto as Regras de Arbitragem aqui modificadas ou aquelas que o venham a ser por acordo mútuo entre as Partes.

12.1.2. Total Conformidade com a Convenção de Arbitragem. Para evitar qualquer dúvida, esta Cláusula 12.1 vincula igualmente as Partes, que concordam em se submeter e cumprir com todos os termos e condições desta Cláusula 12.1, a qual deverá estar irrevogavelmente em pleno vigor e efeito, e sujeita à execução específica. As Partes expressamente concordam que nenhum instrumento ou condição adicional é exigido para dar a este Contrato pleno vigor e efeito, incluindo o “compromisso” nos termos do artigo 10 da Lei de Arbitragem.

12.1.3. Tribunal Arbitral. A arbitragem será resolvida por um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros. Se houver apenas duas partes na arbitragem, cada parte designará um árbitro de acordo com as Regras de Arbitragem e os dois árbitros nomeados deverão nomear em conjunto um terceiro árbitro, que deverá atuar como presidente do tribunal arbitral (“Tribunal Arbitral”), no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento de uma comunicação da Câmara de Arbitragem pelos dois árbitros previamente nomeados. Se houver múltiplas partes, seja como requerentes ou como requeridas, as múltiplas requerentes, conjuntamente, e os múltiplos requeridos, conjuntamente, deverão nomear um árbitro dentro dos prazos estabelecidos pelas Regras de Arbitragem. Na ausência de acordo entre os requerentes ou requeridos para indicação do respectivo coárbitro ou se qualquer árbitro não tiver sido nomeado dentro dos prazos especificados neste Contrato e/ou nas Regras de Arbitragem, conforme aplicável, todos os árbitros deverão ser nomeados pela Câmara de Arbitragem, nos termos das Regras de Arbitragem. As Partes, de comum acordo, afastam a aplicação dos dispositivos das Regras da Arbitragem que limitarem a escolha do árbitro único, coárbitro ou presidente do tribunal arbitral à lista de árbitros do Câmara.

12.1.4. Poderes do Tribunal Arbitral. O Tribunal Arbitral terá poderes para resolver todas e quaisquer disputas em relação a qualquer controvérsia, inclusive questões complementares, e deverá ter poderes para emitir quaisquer ordens necessárias para as Partes, inclusive liminares e cautelares antes de uma decisão final. Os árbitros deverão resolver as disputas com base na Lei, e não deverão tomar decisões com base em equidade.

12.1.5. Sede da Arbitragem. A sede da arbitragem será a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, onde as sentenças arbitrais serão proferidas.

12.1.6. Idioma. A arbitragem será conduzida em português.

12.1.7. Sentença Arbitral. A sentença arbitral será final, inapelável e vinculante para as partes da arbitragem, seus sucessores e cessionários, que concordam em cumpri-la espontânea e expressamente renunciam a qualquer forma de recurso, exceto para solicitar a correção de erro material ou esclarecimento de incerteza, dúvida, contradição ou omissão da sentença arbitral, como estipulado no artigo 30 da Lei de Arbitragem, exceto, ainda, pelo exercício, de boa-fé, da anulação estabelecida no artigo 33 da Lei de Arbitragem. Se necessário, a sentença arbitral pode ser executada em qualquer tribunal que tenha jurisdição ou autoridade sobre as Partes. A sentença arbitral deverá decidir sobre a responsabilidade pelos custos da arbitragem, incluindo custas, despesas, honorários dos árbitros e honorários advocatícios contratuais razoáveis, conforme o Tribunal Arbitral considerar adequado. O Tribunal Arbitral não possuirá jurisdição para imposição de honorários advocatícios sucumbenciais.

12.1.8. Jurisdição Excepcional. As Partes têm pleno conhecimento de todos os termos e efeitos da cláusula de arbitragem ora acordados, e irrevogavelmente concordam que a arbitragem é o único meio de resolução de quaisquer disputas oriundas de, ou em conexão com este Contrato e/ou relacionado a este. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, as Partes podem adotar medidas judiciais, se e quando necessário, somente para fins de: (i) executar obrigações que admitam execução judicial específica imediata; (ii) concessão de medidas de urgência (cautelares ou antecipatórias) anteriormente à instituição da arbitragem; ou (iii) exercer, de boa-fé, o direito de anular a sentença estabelecida no artigo 33 da Lei de Arbitragem; sendo certo que será devolvida ao Tribunal Arbitral a ser instalado ou já instalado, conforme aplicável, plena e exclusiva autoridade para decidir sobre todas e quaisquer questões, sejam elas relacionadas ao processo ou ao mérito, que tenham causado a execução obrigatória ou específica, com o respectivo processo judicial sendo extinto ou interrompido, conforme o caso, até a decisão final ou parcial do Tribunal Arbitral. Com relação às medidas indicadas acima, as Partes elegem o foro do Juízo da Recuperação Judicial, enquanto a Recuperação Judicial não tiver sido encerrada por meio de decisão final transitada em julgado, renunciando a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam. As Partes elegem o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, para processar e julgar as medidas indicadas acima depois que a Recuperação Judicial tiver sido encerrada por decisão final transitada em julgado. O ajuizamento de qualquer medida nos termos desta Cláusula 12.1.8 não implica qualquer renúncia à cláusula arbitral ou à plena competência do Tribunal Arbitral.

12.1.9. Confidencialidade. A arbitragem e todos e quaisquer documentos e/ou informações dela

decorrentes, inclusive, aqueles trocados entre as Partes e/ou o Tribunal Arbitral, serão considerados confidenciais.

12.1.10. Execução Contratual. A menos que de outra forma acordado por escrito, as Partes devem continuar diligentemente a executar suas respectivas funções e obrigações nos termos deste Contrato enquanto um processo arbitral estiver pendente.

12.1.11. Disposições de Arbitragem Exequíveis. O descumprimento deste Contrato não deverá afetar o disposto neste Capítulo XII a respeito da submissão de qualquer controvérsia a um procedimento de arbitragem. Além disso, as obrigações previstas nesta cláusula arbitral deverão subsistir à rescisão deste Contrato. A invalidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Capítulo XII não deverá afetar a validade ou executabilidade da obrigação de submeter suas reivindicações à arbitragem vinculativa ou as outras disposições deste Capítulo XII.

12.1.12. Interveniente Anuente. A Companhia expressamente concorda em vincular-se a esta cláusula arbitral para todos os fins legais.

12.1.13. Indenização Insuficiente – Execução Específica. Em função da natureza deste Contrato, as Partes estão cientes de que, no caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações oriundas deste Contrato, uma condenação por perdas e danos pode ser insuficiente. Consequentemente, sem prejuízo das perdas e danos que possam ser cobrados, qualquer obrigação oriunda deste Contrato que seja inadimplida por qualquer das Partes estará sujeita à execução específica.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Notificações. Todas as notificações e demais comunicações previstas neste Contrato serão elaboradas por escrito e enviadas para os endereços abaixo indicados, ou para outros que venham a ser indicados pelas Partes da forma prevista nesta Cláusula 13.1, (i) através de carta registrada ou protocolada com aviso de recebimento; ou (ii) e-mail com comprovante de envio e recebimento:

(a) Se para a Vendedora:

[●]

Endereço: [●]

E-mail: [●]

A/C: [●]

com cópia para (sendo certo que referida cópia não deverá ser considerada uma notificação para fins deste Contrato):

[•]
Endereço: [•]
E-mail: [•]
A/C: [•]

(b) Se para a Compradora:

[•]
Endereço: [•]
E-mail: [•]
A/C: [•]

com cópia para (sendo certo que referida cópia não deverá ser considerada uma notificação para fins deste Contrato):

[•]
Endereço: [•]
E-mail: [•]
A/C: [•]

(c) Se para a Companhia (até a Data de Fechamento): (na Data de Fechamento, as notificações endereçadas à Companhia deverão ser enviadas ao endereço da Compradora indicado acima)

[•]
Endereço: [•]
E-mail: [•]
A/C: [•]

com cópia para (sendo certo que referida cópia não deverá ser considerada uma notificação para fins deste Contrato):

[•]
Endereço: [•]
E-mail: [•]
A/C: [•]

13.1.1. As notificações e comunicações enviadas e entregues na forma da Cláusula 13.1 serão consideradas entregues na data do seu efetivo recebimento ou entrega, comprovados por aviso de recebimento escrito, protocolo ou outro comprovante do efetivo recebimento ou entrega aos endereços acima indicados.

13.1.2. Qualquer Parte poderá, mediante notificação por escrito enviada e entregue na forma da Cláusula 13.1, informar outro endereço ou pessoa diferente a quem todas as notificações e comunicações devam ser enviadas no futuro, sendo tal modificação válida somente após a data de entrega da notificação aqui prevista.

13.2. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. Alteração do Contrato. Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as Partes, bem como seus herdeiros e sucessores a qualquer título. Qualquer alteração deste Contrato somente poderá ser validamente realizada mediante termo aditivo por escrito, devidamente assinado por todas as Partes, ou seus respectivos herdeiros e sucessores a qualquer título.

13.3. Tolerâncias e Renúncias. A eventual tolerância de qualquer Parte quanto ao atraso, não cumprimento ou cumprimento defeituoso ou incompleto de qualquer das disposições deste Contrato, não será interpretada ou entendida como renúncia a qualquer direito e não prejudicará o direito de exigir o cumprimento de obrigações assumidas.

13.4. Cessão. Este Contrato, os direitos e obrigações dele decorrentes ou a respectiva posição contratual, não poderão ser cedidos e/ou transferidos, parcial ou integralmente, por qualquer das Partes, sem o prévio e expresso consentimento por escrito das demais Partes.

13.5. Anexos. Os Anexos a este Contrato constituem parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos legais.

13.6. Contrato Integral. Este Contrato constitui o acordo integral entre as Partes com relação às matérias aqui tratadas, superando e substituindo todos os acordos, memorandos de entendimento e/ou declarações anteriores, orais ou escritos (inclusive acordos de confidencialidade).

13.7. Responsabilidade Tributária. Cada uma das Partes se responsabiliza pelo integral e pontual pagamento de todo e qualquer Tributo que incida ou venha a incidir na consecução do objeto deste Contrato, e a cuja Parte, na qualidade legal de sujeito passivo da relação tributária, impute-se o pagamento dos referidos Tributos, exceto se de outra forma previsto neste Contrato.

13.8. Independências das Disposições. Se, a qualquer momento qualquer disposição deste Contrato for considerada ilegal, nula ou inexecutável por qualquer tribunal competente, essa disposição não terá nenhum vigor ou efeito, e a ilegalidade ou a inexequibilidade dessa disposição não terá nenhum efeito e nem prejudicará a exequibilidade de nenhuma outra disposição deste Contrato.

13.9. Interveniência. A Companhia assina este Contrato na qualidade de interveniente-anuente, declarando estar ciente de todos os seus termos e condições, e obrigando-se a observá-lo integralmente.

13.10. Representantes. Salvo se de outra forma expressamente prevista neste Contrato, nenhuma Parte, em decorrência do presente Contrato, será considerada como um representante da outra Parte para qualquer fim, e nenhuma Parte terá o poder, ou a autoridade na qualidade de representante ou de qualquer outra forma, para representar, atuar, vincular, obrigar ou de qualquer outra forma criar ou assumir qualquer obrigação em nome de qualquer outra parte, para qualquer fim.

13.11. Execução Específica. As Partes obrigam-se a cumprir, formalizar e desempenhar suas obrigações sempre com estrita observância dos termos e condições estabelecidos no presente Contrato. As Partes, neste ato, reconhecem e acordam que todas as obrigações assumidas ou que possam vir a ser imputadas nos termos do presente Contrato estão sujeitas à execução específica nos termos do Código de Processo Civil Brasileiro. As Partes não renunciam a qualquer ação ou providência a que tenham direito, a qualquer tempo. As Partes expressamente admitem e se obrigam ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais ou quaisquer outros atos semelhantes.

13.12. Despesas. Salvo se previsto especificamente de forma diversa neste Contrato, cada Parte deverá arcar com as próprias despesas havidas na elaboração, negociação, assinatura e implementação deste Contrato e demais documentos nele previstos, incluindo todas as taxas e despesas de prepostos, consultores, assessores, corretores, representantes, advogados e contadores.

13.13. Título Executivo. Serve este Contrato assinado na presença de 2 (duas) testemunhas como título executivo extrajudicial na forma do Código de Processo Civil Brasileiro, para todos os efeitos legais.

13.14. Lei Aplicável. Este Contrato e todos os aspectos da relação jurídica por ele instituída deverão ser regulados e interpretados de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

13.15. Assinatura Eletrônica. As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Contrato e seus termos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, ainda, que este Contrato produz efeitos para as Partes desde a data deste instrumento, ainda que uma ou todas as Partes

realizem a assinatura eletrônica em data posterior.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Contrato em formato eletrônico, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de 2026.

Anexo 1.1

DEFINIÇÕES

“Afiliada” significa, com relação a uma determinada Pessoa, qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, Controle, seja Controlada por ou esteja sob Controle comum com essa Pessoa.

“Autoridade Governamental” significa qualquer autoridade governamental, regulatória ou administrativa, agência ou comissão, bolsa de valores reconhecida, ou, ainda, qualquer corte, tribunal ou órgão judicial ou arbitral, federal, estadual ou municipal, brasileiro ou de qualquer outro país, em todos os casos, com jurisdição sobre Pessoa ou situação em questão, incluindo o CADE e a ANATEL.

“Brasil” significa a República Federativa do Brasil.

“CADE” significa o Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

“CDI” significa a variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>).

“Código Civil” significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

“Código de Processo Civil” significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

“Código Tributário Nacional” significa a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e suas alterações posteriores.

“Controle” significa (incluindo, com os significados correspondentes, “Controladora”, “Controlada” e “sob Controle comum”), a titularidade de direitos de sócio por uma Pessoa ou por grupo de Pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob Controle comum, que, direta e/ou indiretamente, (i) lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de acionistas ou reuniões de sócios e o poder de eleger a maioria dos conselheiros e/ou diretores de referida Pessoa; e (ii) seja efetivamente usado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de administração da Pessoa em questão. No caso de fundos de investimentos, *limited partnerships* ou outros veículos similares de investimento, “Controle” significa o poder discricionário dado ao respectivo administrador ou gestor do fundo ou ao *general partner* de administrar e dirigir as atividades, decisões e investimento de tal veículo de investimento (sendo que a existência de comitê de investimentos ou foros de decisão no âmbito

do veículo não descaracterizará tal poder discricionário).

“Curso Normal dos Negócios” significa, em relação a uma Pessoa, a condução de suas atividades de forma que seja consistente em natureza, escopo e magnitude com práticas passadas desta Pessoa e esteja relacionada com as operações do seu dia a dia.

“Decisão Final” significa decisão judicial ou administrativa final e irrecorrível, sentença arbitral definitiva ou acordo judicial ou transação extrajudicial homologado ou celebrado nos termos deste Contrato.

“Demanda” significa toda e qualquer demanda, notificação judicial, ação, processo ou reclamação.

“Dia Útil” significa qualquer dia que não um sábado, domingo, feriado ou um dia em que as instituições financeiras estão obrigadas ou autorizadas por Lei a permanecer fechadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

“Legislação Anticorrupção” significa (i) a Legislação Aplicável em vigor no Brasil relacionada à prevenção e ao sancionamento de prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público, incluindo a Lei federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto federal n.º 11.129, de 11 de julho de 2022, o Decreto-Lei federal n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei federal n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, Lei federal n.º 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei federal n.º 12.683, de 9 de julho de 2012, a Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei federal n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto federal n.º 3.678, de 30 de novembro de 2000, a Legislação Aplicável expedida pela Controladoria Geral da União; e (ii) qualquer outra Legislação Aplicável nas jurisdições onde a respectiva Parte atue sobre corrupção, suborno, fraude, conflito de interesses, improbidade administrativa, violações a licitações e contratos públicos, lavagem de dinheiro, violações eleitorais e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público.

“Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

“Lei” significa qualquer lei, decreto, decreto-lei, resoluções, instruções, instruções normativas, atos declaratórios, regulamento, portaria, norma ou qualquer outra medida emitida por qualquer Autoridade Governamental aplicável a uma determinada Pessoa ou aos seus negócios, bens ou ativos.

“Lei de Defesa da Concorrência” significa a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

“Ônus” significa, com relação a um determinado ativo, qualquer ônus, penhor, gravame, constituição de garantia, encargo, hipoteca, alienações fiduciárias, servidões ativas e passivas, direito de posse ou usufruto que onere ou limite a propriedade, a posse, o uso ou a livre disposição do referido ativo.

“Parte Indenizável” significa as Partes Indenizáveis da Compradora ou as Partes Indenizáveis da Vendedora, conforme o caso.

“Perda” significa todo e qualquer dano direto, contingência, custo, perdas, passivos, em todos os casos, que resulte em efetivo desembolso de caixa (incluindo honorários razoáveis de advogados, de peritos, assistentes ou outros consultores e profissionais envolvidos nos processos, custas judiciais, administrativas e arbitrais, depósitos judiciais ou custos para prestação de garantias), sempre incluindo todos os acréscimos de correção monetária, juros, multas (moratórias ou não) e/ou quaisquer outros encargos aplicáveis. Para fins de esclarecimento, não consistirão em Perdas os danos morais, danos à imagem, danos indiretos, incidentais, reputacionais, punitivos e/ou lucros cessantes.

“Pessoa” significa qualquer pessoa, natural, jurídica ou entidade não personificada, incluindo sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, *joint venture*, fundos de investimento e universalidade de direitos ou outra entidade ou organização, incluindo qualquer Autoridade Governamental.

“Princípios Contábeis Brasileiros” significa o conjunto de princípios contábeis em vigor e geralmente aceitos no Brasil, baseados na Lei das S.A., os padrões contábeis estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as resoluções do CFC, e pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBRACON), conforme o caso e conforme aplicáveis.

“Terceiro” significa uma Pessoa que não seja uma Parte ou interveniente anuente neste Contrato.

“Tributos” significa quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições, encargos, tarifas, preços públicos ou lançamentos fiscais acessórios (incluindo juros, multas, penalidades, correção monetária e acréscimos impostos com respeito a esses) impostos por ou a serem pagos a qualquer Autoridade Governamental, incluindo impostos sobre a renda, retidos na fonte, sobre circulação, *ad valorem*, sobre valor agregado, de previdência social, sobre contribuições sociais, folha de pagamento, operações financeiras, bens móveis ou imóveis, licença de transferência, vendas, uso, relacionados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prestação de serviços e outros tributos, existentes ou que venham a ser instituídos, de qualquer tipo ou natureza, no Brasil ou no exterior.

Anexo 7.1

Declarações e Garantias da Vendedora

7.1.1. Constituição e Regularidade. A Vendedora e a Companhia são sociedades devidamente constituídas e validamente existentes nos termos das Leis do Brasil. Na Data de Fechamento, a Companhia possuirá os poderes e autoridade necessários e todas as aprovações governamentais necessárias para deter, locar ou operar seus bens e para conduzir seus negócios como atualmente conduzidos.

7.1.2. Legitimidade, Poder e Competência Societária. A Vendedora e seus representantes legais possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar e consumir a Operação, para cumprir todas as obrigações assumidas neste Contrato e em seus Anexos e para realizar todas as operações nele estabelecidas e para cumprir todas as obrigações ora assumidas, tendo adotado todas as medidas e obtido todas as autorizações de natureza societária necessárias para a celebração e consumação deste Contrato, para a realização de todas as operações nele estabelecidas e para o cumprimento de todas as obrigações ora assumidas.

7.1.3. Titularidade e Emissão das Ações da Companhia, Valores Mobiliários em Circulação; Livros e Registros.

(i) A Vendedora é a legítima proprietária e possuidora das Ações SPE Serviços Telefônicos.

(ii) Nenhum contrato (exceto por este Contrato), compromisso ou obrigação foi ou será, até a Data de Fechamento, celebrado ou assumido pela Vendedora com Terceiros para a venda, cessão, doação, transferência e/ou disposição, direta ou indireta, ou, ainda, (e exceto conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial) oneração das Ações SPE Serviços Telefônicos ou de quaisquer bens e direitos que constituirão a UPI Serviços Telefônicos conforme descrito neste Contrato, sob qualquer forma.

7.1.4. Validade, Ausência de Violações, Consentimentos e Autorizações.

(i) Este Contrato constitui uma obrigação válida e legalmente vinculante da Vendedora, sendo exequível perante a Vendedora em conformidade com os seus termos.

(ii) A celebração e cumprimento deste Contrato pela Vendedora e a consumação das operações aqui contempladas (a) não violam ou implicam na violação de nenhuma Lei aplicável à Vendedora; (b) não violam ou implicam na violação de nenhuma disposição dos atos constitutivos e societários da Vendedora, nem com eles conflitam; e (c) não violam ou implicam na violação das disposições do Plano de Recuperação Judicial; e

(iii) Exceto pelos consentimentos prévios previstos neste Contrato, não é necessária nenhuma aprovação de Autoridade Governamental para a celebração deste Contrato nem para a implementação das operações aqui previstas e para o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

7.1.5. Cumprimento das Leis.

(i) A Vendedora cumpre toda a Legislação Anticorrupção; e

(ii) A Vendedora opera, e, na Data de Fechamento, a Companhia operará o negócio compreendido pelos Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos em conformidade com as Leis aplicáveis, em todos os seus aspectos materiais.

7.1.6. Ausência de Litígios Impeditivos à Operação. Não há qualquer Demanda em curso ou, no conhecimento da Vendedora, ameaçada contra a Vendedora que possa de qualquer forma impedir, limitar e/ou retardar o implemento da Operação.

7.1.7. Prestação das Declarações e Garantias. Exceto conforme especificamente previsto na Cláusula 7.1 do Contrato, a Vendedora não presta nenhuma declaração ou garantia para a Compradora ou para qualquer outra Pessoa relacionada às operações previstas neste Contrato.

7.1.8. Ativos, Obrigações e Direitos. A Companhia será, na Data de Fechamento, a legítima proprietária dos Ativos, Obrigações e Direitos – Serviços Telefônicos necessários, em aspectos materiais, para a condução da Operação Serviços Telefônicos pela Companhia.

* * * *

Anexo 7.27.2

Declarações e Garantias da Compradora²

7.2.1. Constituição e Regularidade. A Compradora é uma sociedade devidamente constituída e validamente existente nos termos das Leis do Brasil. A Compradora possui os poderes e autoridade necessários e todas as aprovações governamentais necessárias para deter, locar ou operar seus bens e para conduzir seus negócios como atualmente conduzidos.

7.2.2. Legitimidade, Poder e Competência Societária. A Compradora e seus representantes legais possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar e consumir a Operação, para cumprir todas as obrigações assumidas neste Contrato e em seus Anexos e para realizar todas as operações nele estabelecidas e para cumprir todas as obrigações ora assumidas, tendo adotado todas as medidas e obtido todas as autorizações de natureza societária necessárias para a celebração e consumação deste Contrato, para a realização de todas as operações nele estabelecidas e para o cumprimento de todas as obrigações ora assumidas.

7.2.3. Validade, Ausência de Violações, Consentimentos e Autorizações.

- (i) Este Contrato constitui uma obrigação válida e legalmente vinculante da Compradora, sendo exequível perante a Compradora em conformidade com os seus termos.
- (ii) A celebração e cumprimento deste Contrato pela Compradora, e a consumação das operações aqui contempladas (a) não violam ou implicam na violação de nenhuma Lei aplicável à Compradora; e (b) não violam ou implicam na violação de nenhuma disposição dos atos constitutivos e societários da Compradora, nem com eles conflitam.
- (iii) Exceto pelos consentimentos prévios previstos neste Contrato, não é necessária nenhuma autorização governamental para a celebração deste Contrato nem para a implementação das operações aqui previstas e para o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.
- (iv) A declaração expressa de que tem ciência e que concorda integralmente com os termos e condições do Termo de Autocomposição celebrado, dentre outros, entre a Oi, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e o Tribunal de Contas da União – TCU (disponível para consulta na Sala de Informações), comprometendo-se a cumprir integralmente todas as disposições nele previstas.

7.2.4. Cumprimento das Leis.

- (i) A Compradora cumpre toda a Legislação Anticorrupção; e

² **Nota à Minuta:** Anexo a ser ajustado conforme cada um dos potenciais compradores.

(ii) A Compradora opera em conformidade com as Leis aplicáveis, em todos os seus aspectos materiais.

7.2.5. Relações com Terceiros. A celebração e a formalização deste Contrato e o cumprimento, pela Compradora, de suas obrigações decorrentes do presente Contrato não conflitam e nem resultam e não conflitarão e nem resultarão em violação de qualquer contrato, acordo e/ou instrumento aos quais a Compradora esteja sujeita e/ou vinculada, conflito ou violação desses que, razoavelmente, possam afetar adversamente a capacidade de a Compradora cumprir suas obrigações decorrentes deste Contrato. A Compradora não está inadimplente e não ocorreu qualquer evento que, inclusive em decorrência de notificação ou de decurso de prazo, ou ambos, possa limitar a capacidade de a Compradora exercer os seus direitos e/ou cumprir suas obrigações na forma e condições deste Contrato.

7.2.6. Disponibilidade de Recursos; Solvência. A Compradora possui e possuirá, na Data de Fechamento, recursos disponíveis ou linhas de financiamento disponíveis suficientes para o pagamento do Preço Aquisição ou da *Break-up Fee* prevista neste Contrato, conforme o caso. A Compradora reconhece que suas obrigações de pagamento previstas neste Contrato não estão sujeitas a quaisquer condições relacionadas à obtenção, manutenção ou disponibilidade de recursos ou financiamento, pela Compradora ou por qualquer outra Pessoa, para a consumação das operações aqui contempladas. Na hipótese de a Compradora pretender adimplir qualquer obrigação de pagamento aqui prevista mediante o uso de linha de financiamento, a Compradora deverá apresentar documentação que comprove a existência e a efetiva disponibilidade de tais recursos e/ou da respectiva linha de financiamento. A Compradora é solvente nos termos da Lei aplicável e capaz de pagar suas dívidas à medida em que se tornem exigíveis. Não há qualquer procedimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo ou iminente contra a Compradora.

7.2.7. Análise de Investimento. A Compradora possui experiência e “know-how” em questões financeiras e nos segmentos de atuação da Vendedora, sendo capaz e qualificada para conduzir sua própria avaliação dos méritos, vantagens e riscos das operações previstas neste Contrato.

7.2.8. Ausência de Litígios Impeditivos à Operação. Não há qualquer Demanda em curso ou ameaçada contra a Compradora que possa de qualquer forma impedir, limitar e/ou retardar o implemento da Operação, incluindo, mas não se limitando, às obrigações previstas nesse Contrato e quaisquer outros documentos a serem celebrados em decorrência ou em relação à Operação.

7.2.9. Comissão de Corretagem. A Compradora não tem obrigação nem responsabilidade pelo pagamento de qualquer honorário ou comissão a qualquer corretor, prospector ou agente com relação à Operação, pelo qual a Vendedora possa vir a ser responsabilizada.

7.2.10. Prestação das Declarações e Garantias. Exceto conforme especificamente estabelecido na Cláusula 7.2 do Contrato, a Compradora não presta nenhuma declaração ou garantia para a Vendedora

ou para qualquer outra Pessoa relacionada às operações previstas neste Contrato.

* * * *

ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

De um lado,

(I) OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações de capital aberto, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ/MF”) sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede na Rua do Lavradio, nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 20.230-070, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Parte Reveladora”),

e, de outro lado,

(II) [●], [tipo societário], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [●], nº [●], [bairro], CEP [●], neste ato representada na forma de seu [estatuto / contrato] social (“Parte Receptora”).

(Parte Reveladora e Parte Receptora doravante designadas, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”)

CONSIDERANDO QUE:

(i) nos termos do Plano de Recuperação Judicial e do Edital (conforme definidos abaixo), a Parte Reveladora está autorizada a alienar certos ativos da sua operação de (a) serviços telefônicos fixos comutados (STFC), (b) serviços de voz fixa por meio de acessos coletivos e individuais nas 7.400 (sete mil e quatrocentas) localidades onde a Oi é *Carrier of Last Resort* – COLR (obrigação de prestação até dezembro de 2028), (c) serviços tridígito (números únicos de utilidade pública), i.e. 190, 192 e 193, (d) interconexões, (e) infraestrutura de torres (mastros, postes, cavaletes, bases, cabeamento e ativos correlatos) e (f) serviços e manutenção de telefones de uso público (“Operação Serviços Telefônicos”), por meio de processo competitivo entre os potenciais interessados na modalidade de propostas fechadas;

(ii) a Parte Reveladora fornecerá informações confidenciais, com o objetivo descrito na Cláusula Segunda abaixo; e

(iii) as Partes desejam regular a transferência, troca, uso e proteção de informações confidenciais que a Parte Reveladora venha a revelar à Parte Receptora, para o propósito descrito na Cláusula Segunda abaixo,

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Acordo de Confidencialidade (“Acordo”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DEFINIÇÕES

1.1 Os termos usados neste Acordo e iniciados em letra maiúscula deverão ter o significado a eles atribuídos nesta Cláusula ou no decorrer do Acordo. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Acordo serão aplicadas tanto no singular quanto no plural, o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa, aplicando-se, ainda, os substantivos e verbos de forma consistente:

a. “Afiliada” significa, com relação a uma determinada Pessoa, qualquer outra Pessoa que,

direta ou indiretamente, Controle, seja Controlada por ou esteja sob Controle comum com essa Pessoa;

- b. “Controle” significa (incluindo, com os significados correspondentes, “Controladora”, “Controlada” e “sob Controle comum”), a titularidade de direitos de sócio por uma Pessoa ou por grupo de Pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob Controle comum, que, direta e/ou indiretamente, (i) lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de acionistas ou reuniões de sócios e o poder de eleger a maioria dos conselheiros e/ou diretores de referida Pessoa; e (ii) seja efetivamente usado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de administração da Pessoa em questão. No caso de fundos de investimentos, *limited partnerships* ou outros veículos similares de investimento, “Controle” significa o poder discricionário dado ao respectivo administrador ou gestor do fundo ou ao *general partner* de administrar e dirigir as atividades, decisões e investimento de tal veículo de investimento (sendo que a existência de comitê de investimentos ou foros de decisão no âmbito do veículo não descaracterizará tal poder discricionário)
- c. “Editais” significa o *Edital de Alienação Judicial de Unidade Produtiva Isolada por meio de Propostas Fechadas* publicado no Diário Oficial de Justiça do Rio de Janeiro em [●] que regula os termos e condições para o processo competitivo de aquisição de unidade produtiva isolada (UPI) a ser composta por certos ativos da Operação Serviços Telefônicos da Parte Reveladora;
- d. “Informação Confidencial” significa toda e qualquer informação, dado, documento, relatório, layout, prospecção, segredo comercial, conhecimentos técnicos, dados de gestão, dados financeiros e estratégias de mercado, materiais, informações técnicas, códigos-fonte, softwares, contratos, sistemas, procedimentos, know-how, nomes comerciais, melhorias, listas de preços, lista de clientes e indústrias, correspondências, relatórios internos, arquivos pessoais, material de vendas e propaganda, dados pessoais, disponibilizada pela Parte Reveladora, uma Afiliada desta ou Terceiros, transmitida por quaisquer meios, incluindo verbal, visual, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético, com relação ao propósito descrito na Cláusula 2.1 abaixo ou, embora não relacionada ao referido propósito, seja, ainda, revelada em decorrência de discussões ou negociações entre as Partes referentes ao mesmo, independentemente da identificação através de legendas ou quaisquer outras marcações de confidencialidade, da circunstância da revelação ou à natureza da própria informação;
- e. “Leis Anticorrupção Brasileiras” significa a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado, bem como qualquer outra norma de matéria anticorrupção editada ou que venha a ser editada e aplicável ao presente Acordo;
- f. “Pessoa” significa qualquer pessoa, natural, jurídica ou entidade não personificada, incluindo sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, joint venture, fundos de investimento e universalidade de direitos ou outra entidade ou organização, incluindo qualquer ente público e/ou autoridade governamental.
- g. “Plano de Recuperação Judicial” significa o plano de recuperação judicial da Parte Reveladora, Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A – Em Recuperação Judicial aprovado pelos credores

reunidos em assembleia geral de credores realizada em 19 de abril de 2024 e homologado pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro no âmbito do processo de recuperação judicial autuado sob o nº 0090940-03.2023.8.19.0001 (migrado do processo nº 0809863-36.2023.8.19.0001 – PJe);

- h. “Regras Anticorrupção” tem o significado previsto na Cláusula 7.1;
- i. “Representantes” significa (x) os conselheiros, diretores, representantes legais, administradores, empregados e assessores (incluindo advogados, contadores, assessores financeiros e consultores), e (y) mediante consentimento prévio e por escrito da Parte Reveladora, co-investidores e fontes de financiamento.
- j. “Terceiro” significa qualquer pessoa que não a Parte Reveladora, a Parte Receptora, suas Afiliadas e seus respectivos Representantes; e
- k. “Transação” tem o significado previsto na Cláusula 2.1.

CLÁUSULA SEGUNDA

OBJETO

2.1 A Parte Receptora poderá utilizar a Informação Confidencial de propriedade da Parte Reveladora e de suas Afiliadas, durante o prazo estabelecido na Cláusula Quarta abaixo, única e exclusivamente com o propósito específico de avaliar e apresentar proposta para a potencial aquisição de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da [SPE Serviços Telefônicos] (conforme definido no Edital), nos termos previstos no Edital e no Plano de Recuperação Judicial (“Transação”).

2.2 A Parte Receptora assume o compromisso de não divulgar, exceto quando de outra forma expressamente aqui previsto, total ou parcialmente, o propósito e/ou o conteúdo deste Acordo a quaisquer Terceiros, observado o previsto na Cláusula Terceira abaixo.

CLÁUSULA TERCEIRA

TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

3.1 A Parte Receptora deverá manter todas as Informações Confidenciais em local seguro e com acesso somente (i) às suas Afiliadas, (ii) aos seus Representantes, e (iii) aos Representantes de suas Afiliadas, desde que na extensão de que efetivamente necessitem ter conhecimento para o propósito da Transação.

3.1.1 Exceto se aprovado por escrito pela Parte Reveladora, a Parte Receptora não deverá, em nenhuma circunstância, revelar, total ou parcialmente, as Informações Confidenciais a quaisquer Terceiros, utilizando o mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias informações confidenciais.

3.2 A Parte Receptora deverá informar e instruir suas Afiliadas, seus Representantes e os Representantes de suas Afiliadas a cumprir com os termos e condições deste Acordo, o qual será integralmente aplicável contra eles, sendo certo que a Parte Receptora será solidariamente responsável por qualquer descumprimento das obrigações de confidencialidade previstas neste Acordo por seus Representantes e pelos Representantes de suas Afiliadas.

3.3 A Parte Receptora fica desde já proibida de reproduzir, inclusive em back-up, por qualquer meio ou forma, qualquer Informação Confidencial, exceto as reproduções que sejam imprescindíveis ao desenvolvimento de seu trabalho na Transação, devendo as cópias e reproduções serem igualmente consideradas Informações Confidenciais.

3.4 Toda e qualquer Informação Confidencial revelada no âmbito deste Acordo, incluindo as informações divulgadas em meios eletrônicos de armazenamento, é de propriedade exclusiva da Parte Reveladora.

3.5 As obrigações de confidencialidade previstas neste Acordo não se aplicam às informações que:

- a)** eram de domínio público na data da assinatura deste Acordo;
- b)** eram conhecidas pela Parte Receptora antes do início da vigência do presente Acordo, não tendo sido obtidas, direta ou indiretamente, da Parte Reveladora ou de Terceiros sujeitos ao dever de sigilo;
- c)** se tornaram de domínio público sem qualquer participação da Parte Receptora;
- d)** forem desenvolvidas pela Parte Receptora de forma independente sem se basear nas informações confidenciais;
- e)** sejam reveladas em decorrência de atendimento a exigência legal ou regulatória ou de ordem judicial ou administrativa de órgão ou autoridade governamental, incluindo todas as informações necessárias para a conclusão do processo competitivo;
- f)** sejam reveladas para atender às exigências regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 e/ou entidade análogas de outras jurisdições; e
- g)** tenham tido sua divulgação aprovada por meio de autorização prévia e por escrito pela Parte Reveladora.

3.5.1 No caso de ocorrer a hipótese prevista na Cláusula 3.5, item (e), a Parte Receptora deverá comunicar imediatamente à Parte Reveladora por escrito, antes de qualquer divulgação, a fim de permitir que a Parte Reveladora tome as medidas que julgar necessárias, inclusive buscando, a seu exclusivo critério, uma ordem judicial ou outro remédio junto à autoridade competente para impedir a referida divulgação. A Parte Receptora se compromete a cooperar com a Parte Reveladora na obtenção da ordem judicial ou de outro remédio que impeça a referida divulgação.

3.5.2 Caso a Parte Reveladora decida não buscar uma medida contrária à divulgação da Informação Confidencial ou não obtenha sucesso na tentativa de afastar a obrigação de revelar a Informação Confidencial nos termos da Cláusula 3.5.1, a Parte Receptora se restringirá a divulgar o mínimo necessário de Informação Confidencial para cumprir a ordem e se compromete a envidar melhores esforços para que seja dado tratamento confidencial às Informações Confidenciais a serem reveladas.

3.6 A Parte Receptora compromete-se a informar imediatamente a Parte Reveladora acerca de qualquer divulgação, uso indevido ou acesso não autorizado às Informações Confidenciais por Terceiros, assim que tomar ciência de tal ocorrência.

CLÁUSULA QUARTA

PRAZO

4.1. Este Acordo permanecerá válido até, o que ocorrer primeiro entre, (i) o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da presente data; ou (ii) a conclusão da Transação. Toda e qualquer Informação Confidencial deverá ser imediatamente devolvida à Parte Reveladora ou destruída, conforme aplicável, mediante solicitação da Parte Reveladora ou após o decurso do prazo desta Cláusula 4.1, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA QUINTA

VIOLAÇÃO

5.1 Em caso de descumprimento de quaisquer disposições deste Acordo pela Parte Receptora e/ou seus Representantes, a Parte Receptora deverá indenizar, por si e/ou pelos seus Representantes, a Parte Reveladora por todos os danos e prejuízos comprovadamente causados a esta por tal descumprimento, sem prejuízo das demais sanções e/ou penalidades de caráter civil e criminal aplicáveis.

5.2 A Parte Receptora será integralmente responsável, de maneira solidária, com seus Representantes, nos termos do art. 439 do Código Civil Brasileiro, por qualquer descumprimento dos termos deste Acordo por parte de seus Representantes, respondendo irrestritamente, nos termos deste Acordo, por todos os prejuízos que resultarem desse descumprimento, renunciando expressamente ao disposto no art. 440 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEXTA

COMUNICAÇÃO

6.1 Qualquer comunicação relativa a este Acordo, de uma Parte para a outra, deverá ser feita por escrito, devidamente assinada por representante legal da Parte e entregue em mãos, enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou por correio eletrônico (“e-mail”), nos endereços abaixo:

(i) Parte Reveladora:

Endereço: Rua do Lavradio, nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil,
CEP 20.230-070

Att: [Sr. Luiz Henrique Soares Rosa]

E-mail: [luiz.rosa@oi.net.br]

(ii) Parte Receptora:

Endereço: [●]

Att: [Sr./Sra.] [●]

E-mail: [●]

6.2 As Partes deverão manter suas informações para contato devidamente atualizadas, sob

pena de qualquer comunicação ao endereço equivocado, porém não atualizado pela outra Parte, seja considerada válida para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA

REGRAS ANTICORRUPÇÃO

7.1 Cada Parte declara neste ato estar ciente, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção Brasileiras ou de quaisquer outras leis anticorrupção aplicáveis sobre o objeto do presente Acordo (“Regras Anticorrupção”), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação às disposições das Regras Anticorrupção.

7.2 As Partes, suas Afiliadas, bem como por seus respectivos Representantes comprometem-se, ainda que recebam determinação em contrário por parte de qualquer Representante da outra parte, a não pagar, oferecer, autorizar e/ou prometer – direta ou indiretamente – qualquer quantia, bens de valor ou vantagem indevida a qualquer pessoa que seja um oficial, agente, funcionário ou representante de qualquer governo, nacional ou estrangeiro, ou de suas agências e organismos nacionais ou internacionais, ou a qualquer partido político, candidato ou ocupante de cargo público ou a escritórios de partidos políticos, ou a qualquer outra pessoa, sabendo ou tendo razões para acreditar que toda ou qualquer parte da quantia, bens de valor ou vantagem indevida serão oferecidos, dados ou prometidos com a finalidade de obter ou manter um tratamento favorável indevido para os negócios da parte e/ou de seus representantes, em violação às Regras Anticorrupção, em especial o Decreto-Lei nº 2.848/1940, Lei nº 8.429/1992, Lei nº 9.613/1998, Lei nº 12.529/2011, a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, ou, ainda, ao disposto no *United States Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), de 1977, conforme aplicável.

CLÁUSULA OITAVA

AUSÊNCIA DE DECLARAÇÕES E COMPROMISSO

8.1. A Parte Receptora entende e concorda que a Parte Reveladora não fez e não faz, neste ato, qualquer declaração ou garantia, expressa ou implícita, acerca da exatidão e completude das Informações Confidenciais.

8.2. A Parte Receptora concorda que a Parte Reveladora, e seus Representantes não têm qualquer obrigação, de qualquer natureza, perante a Parte Receptora ou seus Representantes: (i) relacionada à exatidão e completude das Informações Confidenciais; ou (ii) resultante do uso das Informações Confidenciais.

CLÁUSULA NONA

PERÍODO DE INACÇÃO (STANDSTILL)

9.1. A Parte Receptora, em seu nome e em nome de suas Afiliadas e de seus Representantes, se compromete a, ressalvadas as obrigações previstas no Edital e sujeito aos termos estabelecidos neste Acordo, abster-se de negociar, celebrar contratos ou acordos, realizar ou participar de qualquer potencial operação envolvendo valores mobiliários de emissão da Parte Reveladora ou de suas Afiliadas, incluindo, sem restrição, mediante aquisição de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Parte Reveladora ou suas Afiliadas, aumento de capital da Parte Reveladora ou suas Afiliadas, por subscrição particular ou por meio de oferta pública ou por qualquer meio no âmbito da B3, assim como qualquer operação de mercado de capitais

envolvendo valores mobiliários de emissão da Parte Reveladora ou de suas Afiliadas, em relação à lei brasileira sobre uso de informações privilegiadas (*insider trading*) pelo período de vigência deste Acordo ou até que as informações recebidas pela Parte Receptora no âmbito da Transação deixem de ser consideradas Informações Confidenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Exceto conforme eventualmente acordado por escrito pelas Partes, nada contido neste Acordo ou em quaisquer discussões ou revelações efetuadas nos termos deste instrumento limitará os direitos de qualquer da Parte Reveladora de conduzir discussões similares com terceiros.

10.2. Este Acordo obriga, além das Partes, seus sucessores e cessionários a qualquer título, qualquer que seja a forma de sucessão, em todos os direitos e obrigações assumidos por força deste Acordo.

10.3. Nada contido neste Acordo, nem mesmo a transmissão de Informações Confidenciais, deverá ser interpretado como cessão ou transferência de quaisquer direitos, por meio de licença ou de qualquer outra forma, referente a marcas, patentes, direitos autorais, informações tecnológicas ou outras Informações Confidenciais, ou qualquer outra propriedade intelectual, sendo certo que a Parte Reveladora ou seus Representantes, conforme o caso, permanecerão como únicos proprietários das Informações Confidenciais reveladas à Parte Receptora.

10.4. As Partes não poderão ceder ou, de nenhuma outra forma, transferir, total ou parcialmente, o Acordo, ou quaisquer direitos ou obrigações decorrentes deste, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte.

10.5. Nenhuma omissão, tolerância ou concessão de qualquer uma das Partes em relação ao exercício dos direitos concedidos a ela nos termos deste Acordo importará em alteração, modificação, renúncia ou novação deste Acordo ou de qualquer de suas cláusulas, nem tampouco impedirá o exercício de tais direitos a qualquer tempo e ao exclusivo critério desta Parte.

10.6. O Acordo representa o total entendimento entre as Partes em relação à matéria aqui tratada, devendo prevalecer sobre quaisquer outros entendimentos anteriores sobre a mesma matéria, sejam estes verbais ou escritos.

10.7. Toda e qualquer alteração do Acordo deverá ser formalizada através de aditivo assinado pelos representantes legais das Partes.

10.8. Caso qualquer disposição deste Acordo seja considerada nula, inválida, ineficaz ou ilegal, as cláusulas restantes manterão seu pleno vigor e efeito e deverão ser interpretadas da forma que represente o mais fielmente possível a vontade das Partes aqui expressa.

10.9. Se, como decorrência deste Acordo for necessária a realização de qualquer atividade de tratamento de dados pessoais, as Partes se obrigam ao uso dos dados apenas nos limites estritamente necessários ao cumprimento das finalidades definidas na Cláusula 2.1, de modo que o tratamento de dados pessoais para objetivos que ultrapassem o escopo proposto será de responsabilidade exclusiva da Parte que lhe der causa.

10.10. Caso a execução deste Acordo requeira que as Partes efetuem qualquer tipo de tratamento

de dados pessoais, isto é, que faça uso de informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, as partes se obrigam a cumprir as normas de proteção de dados aplicáveis à espécie, notadamente a Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”).

10.11. As Partes se comprometem, ainda, em garantir a integridade dos dados pessoais em todo o seu ciclo de vida, implementando as medidas necessárias para manter a confidencialidade, segurança e proteção dos dados pessoais sob sua posse e protegendo-os de eventuais incidentes de segurança como acessos não autorizados, vazamento e/ou divulgação indevida, com nível de segurança em conformidade com o exigido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou na falta de orientação deste, seguindo as melhores práticas do mercado em termos de segurança de dados.

10.12. As Partes reconhecem e concordam que indenizações em dinheiro podem ser remédios inadequados em caso de descumprimento de qualquer disposição prevista neste Acordo. Dessa forma, o cumprimento de quaisquer obrigações aqui constantes poderá vir a ser exigido na forma específica pela Parte credora da obrigação, nos termos do disposto nos Artigos 461 e seguintes do Código de Processo Civil, respondendo a Parte infratora pelas perdas e danos a que der causa. Esse remédio não deverá ser considerado como remédio exclusivo para o descumprimento deste Acordo, mas tão somente um recurso adicional a outros remédios disponíveis.

10.13. As Partes reconhecem que este documento poderá ser assinado eletronicamente pelas Partes e testemunhas, produzindo rigorosamente os mesmos efeitos legais da via assinada fisicamente, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo, autenticidade e integridade. As Partes convencionam, ainda, que este documento poderá ser assinado de forma manuscrita, por meio eletrônico, ou ambas as formas indistintamente, ainda que por meio de plataforma de assinatura eletrônica não credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e sem certificado de assinatura digital, nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

CLÁUSULA ONZE

LEI APLICÁVEL E FORO

11.1 O Acordo será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

11.2 As Partes elegem o foro da Comarca da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como o competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o Acordo de Confidencialidade por meio de seus representantes autorizados, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2026

OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:

Nome:Ca

rrgo:

Testemunhas

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PROTOCOLO ANTITRUSTE

Este Protocolo de Troca de Informações Concorrencialmente Sensíveis (“Protocolo Antitruste”) é celebrado por e entre:

(I) **OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, sociedade por ações de capital aberto, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ/MF”) sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede na Rua do Lavradio, nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 20.230-070, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Oi” ou “Parte Reveladora”);

(II) [●], [tipo societário], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [●], nº [●], [bairro], CEP [●], neste ato representada na forma de seu [estatuto / contrato] social (“Potencial Comprador” ou “Parte Receptora”);

Parte Reveladora e Parte Receptora doravante designadas, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”)

CONSIDERANDO QUE:

(i) Em 1º de março de 2023, a Oi, em conjunto com a Portugal Telecom International Finance BV – Em Recuperação Judicial e a Oi Brasil Holdings Coöperatief UA – Em Recuperação Judicial (em conjunto, as “Recuperandas”), apresentaram pedido de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”) perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ (“Juízo da Recuperação Judicial”), processo que tramita sob o nº 0090940-03.2023.8.19.0001 (migrado do processo nº 0809863-36.2023.8.19.0001 – PJe), nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (“Lei de Recuperação e Falências”);

(ii) Em 19 de abril de 2024 o plano de recuperação judicial conjunto das Recuperandas foi aprovado pelos credores reunidos em assembleia geral de credores e, em 28 de maio de 2024, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (“Plano de Recuperação Judicial”);

(iii) Em [●] foi publicado no Diário Oficial de Justiça do Rio de Janeiro o *Edital de Alienação Judicial de Unidade Produtiva Isolada Por Meio de Propostas Fechadas* (o “Edital”) que regula os termos e condições para o processo competitivo de aquisição de unidade produtiva isolada (UPI) a ser composta, nos termos do Edital, por certos ativos da operação da Oi de (a) serviços telefônicos fixos comutados (STFC), (b) serviços de voz fixa por meio de acessos coletivos e individuais nas 7.400 (sete mil e quatrocentas) localidades onde a Oi é *Carrier of Last Resort* – COLR (obrigação de prestação até dezembro de 2028), (c) serviços tridígito (números únicos de utilidade pública), i.e. 190, 192 e 193, (d) interconexões, (e) infraestrutura de torres (mastros, postes, cavaletes e ativos correlatos) e (f) serviços e manutenção de telefones de uso público (“Operação Serviços Telefônicos”);

(iv) Em [●], o Potencial Comprador manifestou interesse em adquirir a UPI Serviços Telefônicos, sujeito aos termos e condições previstas no Plano de Recuperação Judicial e no Edital (“Transação”) e, nesse momento, está buscando avaliar os ativos que serão objeto da referida aquisição;

(v) As Partes, em [●], assinaram um Acordo de Confidencialidade (“NDA”) com o objetivo de avaliar e negociar a potencial Transação, conforme estabelecido na Cláusula Segunda do NDA;

(vi) As Partes devem se comprometer com um protocolo específico para a troca de **Informações Concorrencialmente Sensíveis** que sejam eventualmente necessárias para a viabilidade da Transação e negociações subsequentes, de modo a garantir que qualquer troca de informação não venha a configurar violações à política de defesa da concorrência, especialmente, mas não se limitando às regras da Lei nº 12.529/2011;

AGORA, PORTANTO, em consideração às premissas e compromissos mútuos aqui estabelecidos, as Partes concordam com a adoção deste **Protocolo Antitruste** e se comprometem a aplicar o procedimento aqui estabelecido para a troca de **Informações Concorrencialmente Sensíveis** relacionadas à potencial Transação e à sua *due diligence*, avaliação, estudos de sinergia, aprovações regulatórias e/ou planejamento de incorporação:

SEÇÃO I – Aplicação do Protocolo Antitruste

1.1. Os termos deste **Protocolo Antitruste** vinculam as Partes, suas Afiliadas e os membros do **Clean Team** e do **Comitê Executivo**, designados no Anexo A deste **Protocolo Antitruste**, bem como os membros que vierem a ser designados pelas Partes posteriormente à data da assinatura deste instrumento, que deverão aceitar formalmente os termos aqui estabelecidos, mediante assinatura do Termo de Adesão constante dos Anexos C e D.

SEÇÃO II – Tratamento de Informações Confidenciais

2.1. Para os fins do presente Protocolo Antitruste, “Informações Confidenciais” terão o significado atribuído na Cláusula Primeira do **NDA** e serão tratadas de acordo com os termos e condições estabelecidos pelo **NDA**.

SEÇÃO III – Tratamento de Informações Concorrencialmente Sensíveis

3.1. De acordo com a definição geral divulgada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), adotada pelas Partes para os fins deste **Protocolo Antitruste**, as seguintes informações, dependendo das circunstâncias, podem ser consideradas “**Informações Concorrencialmente Sensíveis**”, e, portanto, sua troca deve ser monitorada pelas Partes (mais detalhes no Anexo B):

- a) custos incorridos pelas Partes envolvidas;
- b) nível de capacidade e planos de expansão;
- c) estratégias de marketing;
- d) precificação de produtos (preços, margem de lucro e descontos);
- e) clientes e descontos garantidos;
- f) salários dos funcionários;
- g) fornecedores e termos de contratos celebrados com eles;
- h) informações não públicas sobre marcas e patentes e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);

- i) planos para futuras aquisições;
- j) estratégias competitivas, entre outras.

3.1.1. As informações que compreendem dados sobre os itens listados acima podem não ser classificadas como "**Informações Concorrencialmente Sensíveis**", mas ainda consideradas Informações Confidenciais, dependendo dos níveis de agregação, anonimização e/ou apresentação de forma defasada de pelo menos três (3) meses de atraso a partir da data de produção.

3.2. Caberá à Oi determinar quais informações serão consideradas **Informações Concorrencialmente Sensíveis**, podendo incluir quaisquer outras informações que, a seu critério, possam influenciar o processo decisório, a estratégia comercial ou a capacidade da Parte Receptora de atuar de forma independente no mercado.

3.3. Cada Parte deve assegurar que as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** recebidas, se houver, só serão disponibilizadas para:

(i) membros do **Clean Team** (conforme indicados no Anexo A) ou aqueles que venham a ser incluídos no **Clean Team** após a data de assinatura deste **Protocolo Antitruste** e mediante a assinatura do Termo de Adesão a este **Protocolo Antitruste** (conforme Anexo C);

(ii) membros do **Comitê Executivo** (conforme indicados no Anexo A) ou aqueles que podem ser incluídos no Comitê Executivo após a data de assinatura deste Protocolo Antitruste e mediante a assinatura do Termo de Adesão a este instrumento (conforme Anexo D), desde que recebam informações apenas do **Clean Team** e/ou dos **Consultores Externos** na forma de **Informações Tratadas** nos termos da cláusula 3.6;

(iii) **Consultores Externos** mediante a assinatura do Termo de Adesão a este **Protocolo Antitruste** (conforme Anexo E).

3.3.1. Para os fins exclusivos estabelecidos na cláusula 3.6 abaixo, os **Consultores Externos** podem discutir as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** recebidas de acordo com os procedimentos aqui estabelecidos com consultores externos de um terceiro que também celebrou, com a Oi, um acordo de confidencialidade e um protocolo antitruste que são semelhantes em substância, respectivamente, ao **NDA** e a este **Protocolo Antitruste**. As partes e respectivos **Consultores Externos** envolvidos em tais discussões deverão assumir total responsabilidade pelo uso e tratamento das referidas **Informações Concorrencialmente Sensíveis**, de acordo com o **Protocolo Antitruste**.

3.4. Quaisquer **Informações Concorrencialmente Sensíveis** que se referem a planos de negócios futuros e/ou estratégias comerciais devem ser encaminhadas para a avaliação dos **Consultores Externos** da Parte Reveladora para classificação adequada antes de serem disponibilizadas no *data room* eletrônico. Os **Consultores Externos** podem classificar as informações como "**Restritas ao Clean Team**" ou "**Restritas apenas aos Consultores Externos**".

3.4.1. **Informações Concorrencialmente Sensíveis** que são **Restritas apenas aos Consultores Externos** devem incluir toda e qualquer informação que seja particularmente sensível do ponto de vista da Lei de Defesa da Concorrência, especialmente aquelas mencionadas na cláusula 3.4 acima.

3.5. Todas as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** devem ser (i) marcadas como "**Restritas ao Clean Team**" no momento de sua disponibilização, (ii) inseridas no arquivo "**Clean Team**" em uma data room eletrônica relacionada à Transação, cujo acesso permanecerá restrito aos integrantes do **Clean Team**.

3.6. **Informações Concorrencialmente Sensíveis** devem ser compartilhadas apenas pela Parte Reveladora para o **Clean Team** e/ou **Consultores Externos**, e as "**Informações Tratadas**" devem ser compartilhadas apenas pelo **Clean Team** e/ou **Consultores Externos** para seu **Comitê Executivo** para o propósito exclusivo de negociação, implementação e conclusão da potencial Transação, bem como a realização de análise concorrencial e/ou elaboração do formulário adequado para apresentação e demais documentos da notificação da Transação ao CADE e demais autoridades governamentais a quem a Transação será apresentada ("Autoridades Governamentais da Concorrência").

3.7. O termo "Informações Tratadas" significa qualquer **Informação Concorrencialmente Sensível** que foi disponibilizada pela Parte Reveladora no *data room* eletrônico e foi devidamente analisada e tratada pelo **Clean Team** ou **Consultores Externos** antes de ser encaminhada ao respectivo **Comitê Executivo**.

3.7.1. O **Clean Team** ou os **Consultores Externos** devem resumir as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** para produzir relatórios e/ou análises com as **Informações Tratadas** para garantir que qualquer **Informação Concorrencialmente Sensível** (i) tenha sido omitida, editada, agregada ou suficientemente escondida, ou (ii) seja um resumo das **Informações Concorrencialmente Sensíveis** que, por si só, não representam **Informações Concorrencialmente Sensíveis** (por exemplo, edite as informações contidas em tal resumo para garantir que sejam suficientemente agregadas, anônimas e/ou defasadas em pelo menos três (3) meses, quando apropriado).

3.7.2. Para os fins exclusivos estabelecidos na cláusula 3.6 acima, as **Informações Tratadas** podem ser disponibilizadas ao **Comitê Executivo** de um terceiro que também tenha celebrado, com a Oi, um acordo de confidencialidade e um protocolo antitruste que são semelhantes em substância, respectivamente, ao **NDA** e a este **Protocolo Antitruste**. As partes envolvidas em tais discussões são integralmente responsáveis pelo correto uso e tratamento das referidas informações, de acordo com o **Protocolo Antitruste**.

3.8. As **Informações Concorrencialmente Sensíveis** e/ou **Informações Tratadas** devem ser mantidas estritamente em sigilo e não devem ser usadas para qualquer outra finalidade (incluindo, mas não se limitando a fins comerciais ou relacionados à concorrência) que não seja designada na cláusula 3.6 acima.

3.9. Cada Parte deve manter um registro preciso de todas as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** divulgadas ou recebidas pelo **Clean Team** no contexto da Transação.

3.10. A Parte Reveladora disponibilizará as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** no *data room* eletrônico, com acesso restrito aos membros do **Clean Team** e/ou **Consultores Externos** autorizados a acessar tais **Informações Concorrencialmente Sensíveis**.

SEÇÃO IV – Clean Team e Comitê Executivo

4.1. A Parte Receptora deve assegurar que seu **Clean Team** seja composto apenas por indivíduos que precisem ter acesso às **Informações Concorrencialmente Sensíveis** para os fins estabelecidos na cláusula

3.6 acima. O **Clean Team** não deve consistir de quaisquer funcionários ou Representantes da Parte Receptora e/ou de suas Afiliadas que estejam diretamente envolvidos, independentemente de sua posição, nas decisões comerciais e/ou estratégicas (incluindo, mas não se limitando às decisões envolvendo preços, vendas, relacionamento com clientes, ofertas de futuros e marketing) dos negócios do dia-a-dia da Parte Receptora e/ou de suas Afiliadas, ou que geralmente desempenhem uma função de atendimento ao mercado ou operacional sênior, durante o **Período de Restrição**. Certos funcionários podem ser temporariamente removidos das funções comerciais da respectiva Parte Receptora para atuar como membros do **Clean Team**, e permanecerão afastados de tais funções durante o **Período de Restrição**, exceto se de outra forma acordado pelas Partes. Depois que um indivíduo deixa o **Clean Team**, ele não estará envolvido nas decisões comerciais e/ou estratégicas (incluindo, mas não se limitando às decisões envolvendo preços, vendas, relacionamento com clientes, ofertas futuras e marketing) do dia a dia de negócios da Parte Receptora e/ou de suas Afiliadas, ou que geralmente tenham uma função de atendimento ao mercado ou operacional sênior, durante o **Período de Restrição**. Ao determinar se um ex-membro do Clean Team pode retornar a essas responsabilidades antes do término do **Período de Restrição**, a Parte Receptora primeiro conduzirá e gravará uma entrevista de saída com esse membro do Clean Team para assegurar que ele esteja ciente das suas obrigações sob este **Protocolo Antitruste**.

4.1.1. Membros atuais, antigos e futuros do **Clean Team** não devem fazer parte do **Comitê Executivo**.

4.2. Para os fins deste **Protocolo Antitruste**, "Período de Restrição" será o período em que um indivíduo se torna membro do **Clean Team** (mesmo se posteriormente deixar o **Clean Team**) até o evento que ocorrer primeiro entre aqueles designados abaixo:

- a) a conclusão da Transação; ou
- b) o transcurso do prazo de 6 (seis) meses contados da data em que cessar o acesso às **Informações Concorrencialmente Sensíveis** pelos membros do **Clean Team**.

4.3. O termo "Comitê Executivo" significa o grupo de executivos da Parte Receptora e de suas Afiliadas, que irão analisar as **Informações Tratadas** disponibilizadas por sua respectiva **Clean Team** ou **Consultores Externos**.

4.3.1. Membros atuais, antigos e futuros do **Comitê Executivo** não devem fazer parte do **Clean Team**.

4.4. A Parte Receptora deve notificar a Parte Reveladora sobre os indivíduos que farão parte do **Clean Team** ou do **Comitê Executivo** da Parte Receptora.

4.4.1. Um indivíduo se tornará um membro do **Clean Team** ou do **Comitê Executivo** mediante a aprovação da Parte Reveladora e recebimento do Anexo C devidamente assinado por tal indivíduo.

4.4.2. A Parte Receptora tem o direito de adicionar ou substituir os membros do **Clean Team** ou do **Comitê Executivo** a qualquer momento, mediante notificação por escrito à Parte Reveladora, incluindo uma cópia do Termo de Adesão a este **Protocolo Antitruste** (Anexo C) devidamente assinado pelo novo membro do **Clean Team** ou do **Comitê Executivo**.

4.5. A Parte Receptora deve garantir que as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** não sejam divulgadas a outras Pessoas que não estejam em seu **Clean Team**, e que as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** sejam mantidas separadamente dos outros documentos e registros para evitar divulgações impróprias.

4.6. Se a Parte Receptora ou um membro do **Clean Team** ou **Consultor Externo** for exigido por qualquer lei, regra ou regulamento, ou ainda, solicitado ou exigido por qualquer tribunal, órgão legislativo ou administrativo, a divulgar qualquer **Informação Tratada**, então a Parte ou o membro do **Clean Team** ou **Consultor Externo**, conforme o caso, deverá, na medida permitida por lei, prontamente e antes da divulgação, notificar a Parte Reveladora, bem como fornecer a documentação completa referente à divulgação, para que uma medida de proteção apropriada possa ser solicitada e/ou qualquer ação ser tomada.

SEÇÃO V – Contatos

5.1. Cada Parte designa por meio deste uma Pessoa para fornecer a orientação legal necessária para seu **Clean Team** e **Comitê Executivo**. Todas as solicitações de informações, esclarecimentos ou orientações feitas para ou pelo **Clean Team** ou **Comitê Executivo** serão administradas pelos membros relevantes que são legalmente responsáveis pelas Partes, conforme designados abaixo.

Pela Oi:

Consultores Jurídicos:

Endereço: [●]

Att.: [●]

E-mail: [●]

Pela [●]:

Consultores Jurídicos:

[●]

5.2. As Partes podem substituir e/ou adicionar periodicamente outros Representantes legais. Qualquer alteração de um representante legal por uma das Partes deverá ser notificada por escrito aos Representantes legais da outra Parte.

SEÇÃO VI – Consultores Externos

6.1. Cada Parte e suas Afiliadas pode fornecer **Informações Concorrencialmente Sensíveis** a consultores profissionais externos, designados pela outra Parte e/ou suas Afiliadas e contratados por tal Parte e/ou suas Afiliadas para ajudá-la em relação à Transação (contadores independentes, advogados, consultores financeiros etc.), desde que tais consultores profissionais externos não tenham conflito de interesses e tenham devidamente assinado o Termo de Adesão a este **Protocolo Antitruste** (conforme o Anexo E).

SEÇÃO VII – Devolução e Destruição das Informações Concorrencialmente Sensíveis

7.1. Caso as Partes decidam não prosseguir com a avaliação ou negociação da Transação, todas as **Informações Concorrencialmente Sensíveis** serão devolvidas à Parte Reveladora ou destruídas conforme acordado entre as Partes por escrito.

SEÇÃO VIII – Prazo

8.1. Este **Protocolo Antitruste** permanecerá válido até o que ocorrer primeiro entre (i) o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da presente data; (ii) a conclusão da Transação.

SEÇÃO IX – Violações

9.1. As Partes estão cientes e concordam que a violação das disposições contidas neste **Protocolo Antitruste** pode causar danos irreparáveis que não podem ser adequadamente sanados por meio de medida judicial. Assim, as Partes têm o direito de buscar a execução específica das disposições deste **Protocolo Antitruste** para proibir a violação ou ameaça de violação e qualquer outra medida, incluindo indenizações e medidas cautelares, concedida por um tribunal com jurisdição conforme estabelecido abaixo.

9.2. As Partes concordam que o sigilo estabelecido neste **Protocolo Antitruste** impõe compromissos afirmativos e negativos, com possibilidade de execução específica de tais obrigações para evitar ou remediar a violação deste **Protocolo Antitruste**, pelo que a Parte Reveladora poderá, se tiver suas **Informações Concorrencialmente Sensíveis** divulgadas, proceder nos termos dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem prejuízo das demais medidas previstas em lei.

9.3. Em caso de descumprimento de quaisquer disposições deste **Protocolo Antitruste** pela Parte Receptora e/ou seus Representantes, a Parte Receptora deverá indenizar, por si e/ou pelos seus Representantes, a Parte Reveladora por todos os danos e prejuízos comprovadamente causados a esta por tal descumprimento, sem prejuízo das demais sanções e/ou penalidades de caráter civil e criminal aplicáveis.

9.4. A Parte Receptora será integralmente responsável, de maneira solidária, com seus Representantes, nos termos do art. 439 do Código Civil Brasileiro, por qualquer descumprimento dos termos deste **Protocolo Antitruste** por parte de seus Representantes, respondendo irrestritamente, nos termos deste **Protocolo Antitruste**, por todos os prejuízos que resultarem desse descumprimento, renunciando expressamente ao disposto no art. 440 do Código Civil Brasileiro.

SEÇÃO X – Legislação Aplicável

10.1. Este **Protocolo Antitruste** e qualquer outra obrigação que possa surgir em conexão com o assunto aqui disposto serão interpretados e regidos de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

10.2. As Partes elegem o foro da Comarca da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como o competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **Protocolo Antitruste**, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SEÇÃO XI – Disposições Gerais

11.1. Os termos e expressões inicializados aqui em letras maiúsculas devem ter o significado atribuído a eles no NDA, a menos que definido de outra forma neste documento.

11.2. Este **Protocolo Antitruste** obriga, além das Partes, seus sucessores e cessionários a qualquer título, qualquer que seja a forma de sucessão, em todos os direitos e obrigações assumidos por força deste **Protocolo Antitruste**.

11.3. As Partes não poderão ceder ou, de nenhuma outra forma, transferir, total ou parcialmente, este **Protocolo Antitruste**, ou quaisquer direitos ou obrigações decorrentes deste, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte.

11.4. Nenhuma omissão, tolerância ou concessão de qualquer uma das Partes em relação ao exercício dos direitos concedidos a ela nos termos deste **Protocolo Antitruste** importará em alteração, modificação, renúncia ou novação deste **Protocolo Antitruste** ou de qualquer de suas cláusulas, nem tampouco impedirá o exercício de tais direitos a qualquer tempo e ao exclusivo critério desta Parte.

11.5. Toda e qualquer alteração do **Protocolo Antitruste** deverá ser formalizada através de aditivo assinado pelos representantes legais das Partes.

11.6. Caso qualquer disposição deste **Protocolo Antitruste** seja considerada nula, inválida, ineficaz ou ilegal, as cláusulas restantes manterão seu pleno vigor e efeito e deverão ser interpretadas da forma que represente o mais fielmente possível a vontade das Partes aqui expressa.

11.7. As Partes reconhecem que este documento poderá ser assinado eletronicamente pelas Partes e testemunhas, produzindo rigorosamente os mesmos efeitos legais da via assinada fisicamente, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo, autenticidade e integridade. As Partes convencionam, ainda, que este documento poderá ser assinado de forma manuscrita, por meio eletrônico, ou ambas as formas indistintamente, ainda que por meio de plataforma de assinatura eletrônica não credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e sem certificado de assinatura digital, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

EM FÉ DO QUE, cada uma das Partes deste instrumento fez com que este **instrumento** fosse assinado por seus representantes devidamente autorizados diante de 2 (duas) testemunhas.

[●], [●], 2026.

OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[●]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF/RG:

Nome:

CPF/RG:

ANEXO A

Membros do Clean Team

Clean Team	
NOME	CARGO

Membros do Comitê Executivo da Parte Receptora

Comitê Executivo	
NOME	CARGO

ANEXO B

ORIENTAÇÃO – CLEAN TEAM

Objetivo: o objetivo deste Anexo B é fornecer exemplos de informações concorrencialmente sensíveis, em cumprimento à cláusula 3.1 do Protocolo Antitruste.

Para garantir que as negociações estejam em conformidade com as regras antitruste, as Partes devem manter suas estruturas físicas e as condições de concorrência inalteradas até a conclusão da Transação, com proibição (exceto no curso normal dos negócios e consistente com as práticas anteriores) de:

- (i) quaisquer transferências de ativos entre as Partes;
- (ii) qualquer tipo de influência de uma Parte no curso normal dos negócios da outra, incluindo aspectos estratégicos dos negócios, como apresentação de decisão sobre preços, clientes, política comercial ou de vendas, planejamento, estratégias de mercado e outras decisões sensíveis;
- (iii) a troca de informações que sejam sensíveis em termos de concorrência e que não sejam estritamente necessárias para a execução dos documentos vinculantes entre as Partes.

As Partes devem observar as seguintes orientações:

- a. as Partes não deverão coordenar a sua atividade com clientes, potenciais clientes, fornecedores ou potenciais fornecedores, ou de qualquer outra forma cooperar em matéria comercial;
- b. as Partes podem planejar a integração, mas não podem implementar nenhuma etapa da integração até o fechamento da Transação;
- c. informações que são sensíveis em termos de concorrência devem ser trocadas apenas para realização de auditoria, facilitação do planejamento da integração e obtenção de aprovações regulatórias;
- d. sempre que possível, devem compartilhar apenas informações históricas (que estejam defasadas em pelo menos três (3) meses) e/ou agregadas para reduzir a sensibilidade das informações relacionadas à competição.

EXEMPLOS DE INFORMAÇÕES QUE PODEM SER COMPARTILHADAS:

- a. Agregadas ou antigas (defasadas em pelo menos três (3) meses ou mais), que não divulgam detalhes sobre clientes ou fornecedores específicos;
- b. Informações financeiras gerais, como balanços ou dados semelhantes;
- c. Informações gerais sobre os produtos e suas linhas de produção, bem como sobre as atividades gerais do negócio;
- d. Informações gerais sobre processamento de dados e sistemas de tecnologia em geral;

- e. Relatórios de segurança e saúde ocupacional;
- f. Informações gerais sobre o plano de saúde médico e odontológico e outros dados de recursos humanos que não são específicos dos empregados (como salários e benefícios recebidos);
- g. Informações gerais em relação à gestão operacional, gerencial e de pessoal;
- h. Informações gerais sobre *joint ventures* ou acordos corporativos dos quais a Parte Reveladora é parte;
- i. Qualquer informação que normalmente é disponibilizada a terceiros e que claramente não tem conteúdo que possa ser considerado sensível em termos concorrenciais.

EXEMPLOS DE INFORMAÇÕES CONCORRENCIALMENTE SENSÍVEIS:

- a. Preço atual e futuro, tabela de preços, política de preços, plano e outras condições competitivas em relação a vendas;
- b. Margem de lucro atual ou futura ou meta de lucratividade de certos produtos;
- c. Previsões de ganhos ou faturas futuras ou perspectivas;
- d. Custos de produtos ou serviços específicos;
- e. Estratégias ou políticas competitivas;
- f. Planos de negócios futuros, inclusive relativos a marketing, vendas, promoções, investimentos, expansão e contratação, orçamento ou inserção de novos produtos;
- g. Identificação de potenciais clientes ou fornecedores;
- h. Negociações em andamento com clientes;
- i. Procedimentos licitatórios em que a Parte Reveladora participe ou pretenda participar;
- j. Clientes específicos relacionados a custo, preço, lucratividade, margem de lucro, plano de marketing ou desenvolvimento de produtos;
- k. Tecnologias detidas pela Parte Reveladora;
- l. Potenciais fusões, aquisições e/ou outras reorganizações corporativas em potencial;
- m. Informações de natureza comercial, como políticas de preços, descontos, estratégias de vendas;
- n. Qualquer informação comercial que possa ser usada para restringir a concorrência - especialmente se não ocorrer a consumação da Transação;

- o. Qualquer informação que conceda vantagem competitiva ou incentive qualquer uma das partes a alterar sua estratégia de negócios em detrimento dos consumidores;
- p. Informação que, se conhecida da Parte concorrente, aumenta sua capacidade de previsão dos preços e estratégias de produção da outra Parte, ou estratégias de inovação com certo grau de segurança e especificidade.
- q. Informações que não estão razoavelmente relacionadas com a realização de uma *due diligence* ou com o planejamento da integração;
- r. Informações que dão origem a mudanças nas estratégias de negócios da Parte Reveladora antes da consumação da Transação.

ANEXO C

Termo de Adesão a este Protocolo Antitruste para **membros do Clean Team**

Eu, **[NOME]**, na qualidade de **[TÍTULO]** da **[EMPRESA]**, declaro que li integralmente o Acordo de Confidencialidade (“**NDA**”) e o Protocolo para Troca de Informações Concorrencialmente Sensíveis (“**Protocolo Antitruste**”) e concordo em me comprometer com seus termos e condições.

Concordo em não divulgar a ninguém as Informações Concorrencialmente Sensíveis, exceto nos termos definidos pelo NDA e o Protocolo Antitruste e em usar, tratar e armazenar as informações de acordo com as diretrizes estabelecidas no NDA e no Protocolo Antitruste.

Eu também concordo em (i) usar estritamente qualquer Informação Concorrencialmente Sensível que seja divulgada a mim na minha qualidade de membro do Clean Team, apenas para os objetivos e propósitos estabelecidos pelo Protocolo Antitruste em conexão com a Transação e para nenhum outro propósito, (ii) não usar as Informações Concorrencialmente Sensíveis em qualquer assunto relacionado aos negócios ou em meu próprio ganho (incluindo informações privilegiadas) e (iii) não divulgar as Informações Concorrencialmente Sensíveis a qualquer outra Pessoa, a menos que exigido de acordo com as regras estabelecidas no NDA e o Protocolo Antitruste.

Reconheço especificamente que não irei, em nenhuma circunstância, usar qualquer Informação Concorrencialmente Sensível para afetar adversamente a competição atual ou futura entre as Partes.

Na data de assinatura deste Termo de Adesão, não estou diretamente envolvido(a) nas decisões comerciais e/ou estratégicas (incluindo, mas não me limitando às decisões envolvendo preços, vendas, relacionamento com clientes, ofertas futuras e marketing) do dia-a-dia de negócios de **[NOME DA EMPRESA]** e não tenho uma função de atendimento ao mercado ou operacional sênior em **[NOME DA EMPRESA]**, e tampouco a assumirei durante o Período de Restrição (salvo acordo em contrário na aplicação da cláusula 4.1.).

Tenho plena consciência das possíveis sanções (administrativas, criminais e cíveis) às quais estou sujeito(a) em caso de descumprimento das obrigações estipuladas para os membros do Clean Team e das minhas obrigações relacionadas à Transação.

Confirmo que, em caso de dúvida quanto ao NDA ou Protocolo Antitruste ou à legislação de defesa da concorrência aplicável, levantarei quaisquer questões ao meu advogado de defesa da concorrência designado.

Assinado por: _____

Data:

Nome:

Cargo:

ANEXO D

Termo de Adesão a este Protocolo Antitruste para **membros do Comitê Executivo**

Eu, **[NOME]**, na qualidade de **[TÍTULO]** da **[EMPRESA]**, declaro que li integralmente o Acordo de Confidencialidade (“**NDA**”) e o Protocolo para Troca de Informações Concorrencialmente Sensíveis (“**Protocolo Antitruste**”) e concordo em me comprometer com seus termos e condições.

Concordo em não divulgar a ninguém as Informações Tratadas, exceto nos termos definidos pelo NDA e no Protocolo Antitruste e em usar, tratar e armazenar as informações de acordo com as diretrizes estabelecidas no NDA e no Protocolo Antitruste.

Eu também concordo em (i) usar estritamente qualquer Informação Tratada que seja divulgada a mim na minha qualidade de membro do Comitê Executivo apenas para os objetivos e propósitos estabelecidos pelo Protocolo Antitruste em conexão com a Transação e para nenhum outro propósito, (ii) não usar as Informações Tratadas em qualquer assunto relacionado aos negócios ou em meu próprio benefício (incluindo *insider trading*) e (iii) não divulgar as Informações Tratadas a qualquer outra Pessoa, a menos que exigido de acordo com as regras estabelecidas no NDA e no Protocolo Antitruste.

Reconheço especificamente que não irei, em nenhuma circunstância, usar qualquer Informação Tratada para afetar adversamente a concorrência atual ou futura entre as Partes.

Estou plenamente ciente das possíveis sanções (administrativas, criminais e civis) às quais estou sujeito(a) caso não cumpra as obrigações estabelecidas para os membros do Comitê Executivo e minhas obrigações relacionadas à Transação.

Confirmo que, em caso de dúvida quanto ao NDA ou Protocolo Antitruste ou à lei de defesa da concorrência aplicável, levantarei quaisquer questões com meu advogado de defesa da concorrência designado.

Assinado por: _____

Data:

Nome:

Cargo:

ANEXO E

Termo de Adesão a este Protocolo Antitruste para Consultores Externos

Com esta carta, eu, [NOME], RG nº [NÚMERO], inscrito no CPF sob o nº [NÚMERO], trabalhando em nome da [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [NÚMERO], com endereço em [ENDEREÇO] depois de ler o Acordo de Confidencialidade ("NDA") e o Protocolo para Troca de Informações Concorrencialmente Sensíveis ("Protocolo Antitruste") relacionados à Transação proposta declaro que, de acordo com as disposições do NDA e do Protocolo Antitruste, terei acesso a Informações Concorrencialmente Sensíveis e estarei vinculado aos termos e condições aplicáveis estabelecidos no NDA e no Protocolo Antitruste com relação a Informações Concorrencialmente Sensíveis.

Assinado por: _____

Data:

Nome:

Cargo: